

SOCIOLOGIA GERAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil
COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA UAB/UNICENTRO: Margareth Maciel
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DIRETOR: Carlos Eduardo Schipanski
VICE-DIRETOR: Adnilson José da Silva

COMITÊ EDITORIAL DA UAB

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Klevi Mary Reali, Margareth de Fátima Maciel,
Maria Aparecida Crissi Knüppel, Ruth Rieth Leonhardt.

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO
PEDAGOGIA A DISTÂNCIA:**

Marisa Schneckenberg; Nelsi Antonia Pabis;
Rejane Klein; Sandra Regina Gardacho Pietrobon;
Michelle Fernandes Lima; Anízia Costa Zyck

COORDENADORAS DO CURSO: Marisa Schneckenberg;
Rejane Klein



MARIO DE SOUZA MARTINS

SOCIOLOGIA GERAL

COMISSÃO CIENTÍFICA: Marisa Schneckenberg; Nelsi Antonia Pabis; Rejane Klein; Sandra Regina Gardacho Pietrobon; Michelle Fernandes Lima; Anízia Costa Zyck.

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Sandra Regina Gardacho Pietrobon
Loremi Loregian Penkal

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Andressa Rickli
Espencer Ávila Gandra
Natacha Jordão

Gráfica Unicentro
2.600 exemplares

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da UNICENTRO, Campus Guarapuava
Bibliotecária Responsável : Janete Miti Chihaya CRB9/1324

Martins, Mário de Souza
M386 Sociologia geral. /Mário de Souza Martins. -- Guarapuava : Unicentro, 2012.
109 p.

1. Sociologia. I. Título

CDD 301

Copyright: © 2012

Nota: o conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.



Apresentação	07
Capítulo 1	
A Revolução Industrial e a Revolução Francesa	11
1.1 A Revolução Industrial	11
1.2 A Revolução Francesa	11
Capítulo 2	
Os clássicos do pensamento social	23
2.1 Saint Simon	23
2.2 Auguste Comte	24
2.3 Durkheim	26
2.4 Karl Marx	41
Capítulo 3	
Conceitos Importantes na Sociologia	63
3.1 Estado	63
3.2 Desigualdade Social	73
3.3 As Classes Sociais	83
3.4 A Estratificação Social	84
3.5 A Globalização	85
3.6 Ideologia	87

Capítulo 4

A Sociologia na Contemporaneidade- Principais Autores	95
4.1 Pierre Bourdieu	96
4.2 Louis Althusser	97
4.3 Nobert Elias	98
4.4 Michel Foucault	99
4.5 Talcott Parsons	100
4.6 Florestan Fernades	101
4.7 Marilena Chaui	102
Considerações Finais	105
Referências	107



Apresentação

Após anos trabalhando com a Sociologia na Universidade nos cursos de Pedagogia, o convite para escrever esse fascículo se tornou de extrema utilidade para o meu trabalho. Como está estabelecido a Sociologia Geral trata da modernidade e dos clássicos. Na Sociologia da Educação procuramos trabalhar com textos, em que os conceitos principais aprendidos na Sociologia Geral tenham aplicação prática.

Escrever esse material se tornou um processo de reflexão sobre as disciplinas. O trabalho cotidiano nos leva a fazer com que nossas atividades se transformem em mecânicas. Percebi que essa parada me ajudou a repensar nas próprias dificuldades que os alunos encontram com a Sociologia.

Como trabalho a Sociologia em uma visão teórico-metodológica, o conteúdo usado por mim se torna extremamente abstrato, apesar de estarmos efetivamente falando da realidade vivida no cotidiano. Só que a reflexão sobre o cotidiano não fazemos com muita assiduidade. E a escola não nos ensina a abstrair.

Trata-se, portanto, em cada aula, refletir sobre a vida. E, com a reflexão que fiz sobre cada uma das etapas do ensino de Sociologia, tive a certeza que esse é o caminho. O meu objetivo é fazer com que os acadêmicos se conscientizem de que a educação é a atividade mais importante para a sociedade. É uma atividade política, por estarmos lidando com a formação

da consciência de uma geração, de duas gerações, sei lá quantas gerações. Tão importante que o Estado faz com que pensemos ser ela uma atividade menor.

Essa posição do Estado transparece nas condições oferecidas de trabalho, nos salários aviltantes, no descaso com as escolas, enfim fazem de tudo para que pensemos que a educação não é tão importante. Olha a ideologia!!!!

Mas se o caminho está correto, então vamos ao conteúdo que vocês vão receber a partir de agora:

Na primeira unidade, tratamos da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. A história é um elemento importante para entendermos um fenômeno, não conseguimos entender algo sem a sua história, por isso quero iniciar com o surgimento da modernidade, que é onde a Sociologia vai surgir.

A Sociologia surge para referendar o pensamento social que está sendo elaborado para justificar as relações sociais então em seus primórdios. A Revolução Industrial representa as mudanças na tecnologia que vai permitir o incremento do capitalismo. A Revolução Francesa é transformação política da sociedade. Extremamente sanguinária, ela possibilita a elaboração da primeira constituição, a formulação dos direitos do homem, enfim se começa a discutir a democracia.

Na segunda unidade, apresentamos os três clássicos da Sociologia. Exímios pesquisadores, eles conseguiram apreender as diversas formas de pensamento existentes na sociedade. Eles pensaram os fenômenos sociais e como cada um deles teve proveniência diversa, desenharam a sociedade de forma diferente. O pensamento se elabora a partir da realidade vivida, portanto, apresentam compreensões diferentes um do outro sobre o social.

A terceira unidade trata de conceitos importantes para que os educadores conheçam. Nesta unidade apresentamos os conceitos de Estado, e as diversas formas que ele se apresenta de acordo com o desenvolvimento do sistema capitalista; desigualdade social e a configuração como ela foi pensada em momentos históricos diferentes; e por fim ideologia, e a maneira como ela é compreendida pelos autores.

Na quarta unidade apresentamos os sociólogos considerados contemporâneos, mais especificamente aqueles que de alguma forma se relacionam com o fenômeno educação. Todos têm na educação um elemento de reflexão, portanto, são importantes para vocês conhecerem seus nomes e uma ideia geral sobre as suas teorias. Com certeza vocês irão em algum momento se deparar com um deles, tal sua importância para a educação.

Espero que vocês não vejam a Sociologia como uma disciplina pesada, tentem trazer esse conhecimento para a realidade de cada um e terão maior facilidade.

Bom estudo!!!!



Capítulo 1

Revolução Industrial e Revolução Francesa

1.1 A Revolução Industrial

A revolução industrial foi uma atividade econômica que teve a função de implementar o capitalismo, não surgiu de um momento para o outro, mas decorrente de um longo processo na sociedade europeia. Anterior ao seu surgimento, já se identificavam elementos do sistema capitalista, um comércio aqui, outro ali, mas que ainda não eram suficiente para ser determinado como capitalismo. Esses elementos eram escassos e não apresentavam um amadurecimento aceitável para o seu florescer. Um modo de produção só se impõe quando ele tem força suficiente para ser dominante na sociedade.

A partir do momento em que o capitalismo se impôs, principalmente por intermédio das descobertas, surgem as duas classes que Marx vai chamar de fundamentais:

Burguesia: dona do capital acumulado no comércio com as colônias e no tráfico de escravos entre a África e as colônias na América (o mesmo autor denomina este processo de acumulação primitiva do capital) que aos poucos será desviado e investido na construção das grandes fábricas que surgem nesse período.

Proletariado: indivíduo totalmente destituído de qualquer bem que não seja a venda da sua força de trabalho, ou seja, a sua capacidade de produzir algo com as mãos, no mercado. Ele oferece no mercado a sua capacidade de produção, que é comprada por alguma pessoa que possui o capital, e recebe por isso mensalmente um salário, para a sua sobrevivência e a de sua família. O capital se apropria da capacidade de alguém produzir algo, por exemplo, o proletariado, transformando matéria prima em uma mercadoria que será oferecida no mercado.

Assim, a principal característica do capitalismo é: a burguesia dona do capital; o proletariado, que não possui nenhum bem a não ser a sua força de trabalho que é vendida no mercado; e o salário, que é o produto recebido pelo operário por ter produzido aquilo que lhe foi ordenado.

Mas até chegar ao assalariamento, a sociedade europeia viveu uma série de mudanças que discutiremos a seguir:

O capitalismo representou uma revolução no processo de trabalho, a partir do surgimento do sistema fabril mecanizado, produzindo uma grande quantidade de produtos para atender à população citadina que neste momento se aglomeravam nas cidades em crescimento.

A produção rural não acompanhava o crescimento das cidades. A vida no campo exigia muito trabalho e não proporcionava mais o que a sociedade necessitava para a sobrevivência, tudo deveria ser produzido pelo grupo. Além do mais, na produção artesanal, determinados produtos exigiam um longo período de dedicação, pois uma única pessoa era responsável pela fabricação do início até o produto final.

Um clássico exemplo é a produção de um par de sapatos que exige diversas fases até o sapateiro chegar ao produto final, pronto para a venda que era envolvida parte integrante do processo produtivo. Assim, realizar todas as etapas exigia um longo período e não possibilitava o acesso a todos. Em função disso, a produção de um par de sapatos se tornava muito cara para a maioria da população. Dessa forma, as pessoas que detinham muitas posses eram obrigadas a produzir tudo o que necessitavam para sua sobrevivência.

Com a industrialização, a vida corrida dos trabalhadores não permitia a realização de tantas atividades, por isso tornou-se fundamental uma produção massificada que barateasse o produto final, dando acesso aos bens sociais a todos que precisavam.

Se a manufatura significou um grande progresso em relação à produção artesanal, na medida em que, reunindo os trabalhadores sob um mesmo teto e impulsionando a divisão do trabalho, permitiu um grande aumento na produção de mercadorias, favorecendo a valorização do capital, por outro lado, ela apresentava claras limitações, que entravavam a possibilidade de uma valorização maior do capital (ANDERY, 1999, p. 258).

A produção massificada veio tornar os produtos mais baratos devido à produtividade. Produtividade é um conceito muito relevante para o capitalismo e significa produzir algo em grande quantidade. A máquina veio possibilitar produzir mais em menos tempo. Nesse processo a ciência tem um papel que será importante para o sistema capitalista.

A ciência coloca-se como uma investigação permanente de melhores formas de produção. Isso permite ao sistema estar sempre melhorando a produtividade, diminuindo o tempo de fabricação do produto durante o processo. Esta diminuição significa novas tecnologias na produção que geraram menos trabalho humano e, portanto, maior lucro para o proprietário. Por isso, a produtividade é tão importante.

Considera-se no processo de implementação do sistema capitalista a decadência do feudalismo, onde o modo de produção predominante era o artesanal. Baseado na atividade agrícola, o feudalismo foi se desintegrando com o surgimento do comércio. Até então, havia a inexistência de uma moeda, o que fazia com que os feudos fossem independentes administrativamente e realizassem as trocas entre produtos. Somente depois da segunda metade da Idade Média surge a necessidade de que o comércio se desenvolvesse de forma mais intensa. Vários acontecimentos como as Cruzadas, que tornaram a migração um fator significativo e o surgimento de excedentes agrícolas e artesanais,

possibilitaram que o comércio viesse a se expandir. Com esta expansão, o próprio sistema se transforma.

Lentamente, os feudos se desagregam. As notícias de trabalho nas cidades fazem com que os servos abandonem as terras feudais, os altos impostos cobrados pelo senhor feudal já não lhes davam possibilidades de sobrevivência junto com sua família, por outro lado, as cidades passam a necessitar de uma produção agrária que os feudos já não conseguiam oferecer. Torna-se necessário o cultivo em grandes extensões de terra para produzir um excedente capaz de suprir as cidades. Como afirma:

Os habitantes das cidades dedicavam-se, fundamentalmente, ao artesanato e ao comércio, e não produziam o alimento de que necessitavam para subsistir, o que gerou a divisão do trabalho entre cidade e campo, de onde provinha o alimento para os habitantes da cidade. Essa situação, aliada ao crescimento populacional – favorecido pela diminuição da incidência de epidemias, produto, por sua vez, entre outros fatores, da maior disponibilidade e melhor qualidade de alimentos que os aperfeiçoamentos técnicos possibilitaram, tornou necessário o crescimento da produção agrícola, o que levou à abertura de novas terras ao cultivo. Essas terras atraíam muitos camponeses, que se libertaram dos feudos e passaram a cultivá-las, em troca de pagamento aos senhores feudais pelo seu arrendamento. Muitas terras incultas foram assim transformadas em terras produtivas (ANDERY, 1999, p. 166).

O trabalho livre nos feudos passou a representar para o senhor feudal uma maior produtividade de suas terras. Em função disso, muitos libertavam seus servos para irem para as cidades, com a promessa de melhores condições de trabalho. Os donos de terra passam a encontrar novas formas de exploração das suas propriedades. Surgem, nesses momentos, conflitos originados pelos senhores que não optavam por libertar seus servos, sendo que a Igreja era quem se mantinha mais

resistente, pois considerava que estas mudanças significavam a lenta perda do poder social, que durante séculos esteve a ela submetido.

Nesse período começam a se desenvolver os Estados Nacionais e o Absolutismo e com estes se desintegra o sistema doméstico de produção e o feudalismo. Vale lembrar que a Europa não tinha, no período, a configuração geográfica que tem nos dias atuais, aliás, há pouco tempo já houve grandes mudanças com a desintegração da Rússia e o desmembramento de diversos países. Imaginem, então, no período feudal.

Com o aumento do preço da lã, decorrente do crescimento da industrialização desta, surgiu a oportunidade de os senhores das terras ganharem dinheiro por meio da transformação da atividade de agricultura em criação de ovelhas e da utilização da terra para pasto. Essas terras foram cercadas para tal fim, e muitos lavradores perderam o meio de sobrevivência, pois somente alguns foram empregados para cuidar das ovelhas (ANDERY, 1999, p. 169).

Os Estados Nacionais lentamente foram criando os traçados geográficos e se organizaram em países. Todos estes dominados pela aristocracia, que acaba por decair junto com o sistema que lhe sustentou, o feudalismo. O rei ainda se mantinha no poder, mas agora não mais com o poder que tinha no auge do sistema feudal, mas já sob o domínio da burguesia, que ao pagar impostos sustentava o sistema. Mas por não ter condições de assumir diretamente o Estado, mantinha o rei no poder, sob a sua regência. Isso tudo ainda sob o domínio do feudalismo, com um mercado ainda bastante limitado.

Enquanto o mercado era apenas local, o artesanato, com a estrutura de corporação que lhes servia de apoio, era suficiente para suprir as necessidades do comércio. Quando, entretanto, o mercado se expandiu, tornando-se nacional e mesmo internacional, o sistema de corporações de artesãos independentes não mais respondia às crescentes exigências do comércio,

tornando-se um entrave ao seu desenvolvimento. Sua superação exigia a subordinação da esfera produtiva ao capital mercantil. Nesse momento, surgiu o intermediário, o capitalista (ANDERY, 1999, p. 171).

Com a formação dos estados nacionais o antigo sistema, já não conseguia dar conta da produção que lhes era exigida. Havia o intermediário que exercia a função de negociante e comerciante, ele entregava a matéria prima e recebia o produto acabado, que o colocava no mercado. Esse fato já indicava uma divisão no processo de trabalho. Mas com o aumento do volume de negociações, o capitalista passa a ocupar grande destaque.

Na realidade, todo esse processo que inicia com a transição da manufatura para o sistema fabril, representou a lenta destituição do trabalhador de seus meios de produção, que eram os instrumentos de trabalho usados em seu cotidiano.

Este processo iniciou-se no sistema doméstico, quando um mediador entrega ao artesão a matéria-prima que este, trabalhando em sua própria casa, geralmente com as próprias ferramentas, transforma em produto acabado. Terminada a peça, o mediador se apropria do produto, já recebendo um percentual pelo trabalho investido na transformação da matéria-prima, posteriormente com o sistema manufatureiro, em que os trabalhadores se reúnem em um local e participam em conjunto da elaboração de um produto, do qual cada trabalhador produz uma parte e só é considerado pronto após o trabalho de diversos trabalhadores.

No sistema manufatureiro, os instrumentos de trabalho já não pertencem aos trabalhadores, e sim ao capitalista, ao qual também pertence a matéria-prima, e a quem será devido o produto final realizado pelo trabalhador, que recebe daquele o que já pode ser considerado um salário. Este sistema, entretanto, dependia da força física do trabalhador.

Para aumentar a produtividade, o capitalista necessita superar a capacidade física do homem. Assim surgem as máquinas, que acabam por destituir o trabalhador do seu meio de sobrevivência, o trabalho. Nesta estratégia do sistema capitalista a ciência exerce um papel fundamental

exatamente por ser responsável pelas novas formas de meios de produção, que ocupem cada vez menos operários.

A utilização das máquinas significou a desqualificação do trabalhador, que se tornou simplesmente um instrumento do processo produtivo, assim como a máquina. A participação do trabalhador na produção se faz por intermédio de gestos repetitivos, que nos lembra o filme “Tempos Modernos”, em que numa crítica à produção no sistema capitalista, Charles Chaplin repete a atividade que estava exercendo na fábrica, mesmo quando fora dela. Neste filme, Chaplin critica o papel que o homem passa a assumir no processo produtivo no modo de produção capitalista.

O uso da tecnologia não se restringiu às cidades. No campo se utilizavam máquinas com o intuito de aumentar o cultivo agrário e a produtividade, para alimentar as necessidades das cidades. Segundo Andery (1999, p. 267), foi a revolução no campo que, na Inglaterra, se tornou um elemento que impulsionou o país para a industrialização, pois com a expulsão dos camponeses de suas terras, eles foram obrigados a se locomoverem para os recém criados centros urbanos, onde se desenvolviam as indústrias. Portanto foram os camponeses que acabaram por formar o que viria a ser a classe trabalhadora inglesa. Iniciando esse processo com os cercamentos de terras, coincidiu com a desagregação do sistema feudal, terminando com o cultivo comunal da época, tendo em vista a transformação das propriedades em pastagens.

Esse processo teria continuidade no século XVIII, quando uma nova política de cercamento fez com que a expulsão de camponeses e arrendatários gerasse o surgimento de grandes fazendas, com um novo sistema que combinava a produção agrária com a criação de gado. Diferentemente do primeiro momento em que se deu o acontecimento, esse se realizou com o apoio de uma lei, tornando silenciados aqueles que dependiam da terra para a sua sobrevivência. Este evento tornou-se conhecido como a Revolução Agrícola. Como aponta-se:

Esse processo de transformação da realidade rural inglesa constituiu-se em parte da chamada revolução agrícola, que envolveu um conjunto de modificações,

como a mudança na forma de exploração da terra, a transformação dos processos de cultivo agrícola e de criação de gado – tornando-os mais efetivos, levando a um melhor aproveitamento da terra e do próprio gado e a um grande aumento da produção para o mercado consumidor – e a maquinização da agricultura (que difundiu mais lentamente do que na indústria). Esse conjunto de modificações foi transformando a agricultura de atividade de sobrevivência em indústria capitalista (ANDERY, 1999, p. 267).

Isso tornou a Inglaterra apta, já no século XVIII, a ter uma produção agrícola que podia facilmente alimentar toda a população que iniciava a sua entrada na produção fabril. Além de estar oferecendo a mão-de-obra que, dispensada do campo, poderia se dedicar à atividade fabril. Outro elemento que veio a contribuir para que este país desse início à industrialização foi a falta de competidores significativos, haja vista que a Inglaterra já havia desenvolvido no século XVIII uma indústria têxtil forte, praticamente um impulso para a industrialização fabril.

Outra condição foi a Revolução Política, que é colocada por Andery (1999, p.265) da seguinte forma:

Essa revolução política teve, por sua vez, determinantes econômicos que se constituem nas transformações pelas quais a Inglaterra passou durante o período de transição do feudalismo ao capitalismo. Essas transformações econômicas foram gerando a necessidade de mudanças políticas, isto é, a expansão do capital mercantil foi se tornando incompatível com os limites impostos pela estrutura ainda feudal da sociedade. Esse processo, que contrapunha camadas e interesses diversos dentro da sociedade, tornou-se mais agudo em meados do século XVII, desencadeando a Revolução Inglesa, que abrangeu a Revolução Puritana (1640 – 1649) e um segundo processo revolucionário considerado como seu complemento – a Revolução Gloriosa de 1688.

A economia se tornou incompatível com uma estrutura política feudal, fazendo com que as novas relações se estabelecessem entre os diversos grupos que compunham a sociedade inglesa do período. Não havia mais chance do feudalismo se reformular, mas era necessário que novas relações confirmassem o poder da burguesia. Mas não foi uma tarefa fácil. Finalmente, a Inglaterra comandou a Revolução Industrial, impondo o poder de uma classe que já detinha o domínio da economia. A revolução industrial se concretiza.

Sugiro aos alunos assistirem ao filme “Revolução Industrial”, uma produção da Enciclopédia Britânica. Também disponível no link: <http://www.youtube.com/watch?gl=BR&v=jt-o3EBQPMU>

1.2 A Revolução Francesa

Se as condições para que se desse a Revolução Industrial se encontravam na Inglaterra, onde a revolução política foi silenciosa, a França por sua vez teve seu espaço histórico revolucionário. A Revolução Francesa teve influência a nível mundial, se espalhando não só pela Europa, mas também por diversos outros países em outros continentes. Da mesma forma, a Revolução Industrial inglesa vai influenciar a economia a nível mundial.

A Revolução Francesa se caracterizou principalmente pelo confronto de diversas forças sociais, que no embate dentro da sociedade francesa gerou a primeira constituição, na qual ficaram cravados os direitos do homem. E não foi só esse o grande feito da Revolução Francesa, mas as reflexões do político na modernidade. O grande salto econômico, a burguesia já havia dado na Inglaterra, que inclusive passou por uma transformação nas relações no sistema político, mas não teve a mesma repercussão que a Revolução Francesa. Esta revolução tornou-se um processo muito longo e muito sangrento, pois as forças sociais se confrontaram com o objetivo de tomar o poder, até que a burguesia efetivamente tomasse o poder e desse um novo rumo à sociedade.

O impacto da Revolução Francesa foi tamanho que a França passou a ser invadida por outros países europeus com a intenção de impedir seu desenvolvimento, com receio de que esta viesse a contaminar outros países europeus, fazendo desencadear um movimento como o da Revolução Francesa por toda a Europa. Como a aristocracia se mantinha ainda no poder nos demais países, ela desejava se proteger de um possível golpe, para isso decidiram invadir a França, que já passava por uma crise interna e que deveria se defender das invasões a seu território.

De qualquer forma, é importante afirmar que um sistema político não termina de um momento para o outro, mas é um processo que pode demorar muito tempo, isto porque ele se defende de todas as maneiras para se manter. E isso aconteceu na França, após uma crise na sua economia, devido a um inverno extremamente violento, e que se tornou ainda pior. Com a decisão do rei francês de enviar um auxílio milionário aos Estados Unidos, que viviam a guerra de independência, houve um momento de grande miséria para o povo, enquanto a aristocracia se deliciava com a arrecadação de impostos que alimentavam o estado absolutista, em parte proveniente da nascente burguesia, promovendo festas frequentemente e com um consumo que era dominado pelo desperdício.

À época da Revolução Francesa, que se iniciou em 1789, o país era governado por uma monarquia absolutista, a mais poderosa e autocrática da Europa, tendo como monarca Luís XVI. Essa monarquia lutava por uma organização das instituições que não tinham a menor uniformidade, não permitindo uma padronização administrativa e limitando a ação da própria monarquia. Nessa época, a França era basicamente agrária e feudal, sendo que cerca de 80% de sua população era camponesa. Apesar das modificações ocorridas na realidade dos séculos anteriores, ainda se mantinham restos de feudalismo, que funcionavam para manter os privilégios da nobreza e o poder da monarquia. Assim sendo, apesar de os camponeses em geral serem livres e proprietários de terras, esse fato não lhes garantia a sobrevivência. As terras eram cultivadas por meio de

técnicas ainda muito atrasadas, e nas relações sociais de produção continuavam presentes vínculos feudais, que permitiam à nobreza e ao clero subsistir às custas dos camponeses (como também de outras camadas não nobres da população). Estes trabalhavam na terra e eram extremamente sobrecarregados por numerosas taxas que pagavam ao Estado (impostos), à Igreja (dízimos) e aos nobres (taxas feudais que ainda persistiam). A maior parte de seus ganhos era gasta dessa forma, e os camponeses viviam constantemente insatisfeitos com sua precária situação (ANDERY, 1977, p. 269).

Essa crise econômica vai desencadear a crise política, mostrando a insatisfação com o monarca, o Rei Luis XVI, inclusive por parte da aristocracia. O rei criou a “Assembleia de Notáveis” em 1787 sob a pressão da aristocracia, sendo que os membros eram escolhidos pelo governante e tinham a função de aprovar as medidas reais. A burguesia exigia a convocação dos Estados Gerais, uma espécie de assembleia feudal, há muito abandonada pelo rei. Convocados em 1789, era composta pelo primeiro e segundo estados que eram a nobreza e o clero. Diante das contestações e insatisfação social, o terceiro estado se fez presente e sua representação conseguiu mudar a ordem de votação, antes dando um voto para cada estado e, depois, um voto para cada deputado presente, transformando a instituição em Assembleia Constituinte.

Entre 1789 e 1791, a vitoriosa burguesia moderada atuando através do que tinha a esta altura se transformado na Assembleia Constituinte, tomou providências para gigantesca racionalização e reforma da França, que era seu objetivo. A maioria dos empreendimentos institucionais duradouros da revolução data desse período. [...] a monarquia embora a esta altura fortemente apoiada por uma poderosa facção ex-revolucionária, não podia se conformar com o novo regime (HOBSBAWN, 1977, p.82).

O período da Monarquia Constitucional, de 1789 a 1792, é quando a burguesia, preocupada com a direção da revolução, passa a intervir no direcionamento do Estado. A tentativa de acordo com o rei e a aristocracia não obtinha resultado satisfatório, pois as forças feudais se debatiam, mas de maneira nenhuma entregavam o Estado. A Igreja teve seus bens confiscados. Mas a Constituição de 1791 pregava a igualdade, a liberdade e a fraternidade. A França volta a ser atacada por seus vizinhos contrários aos novos caminhos escolhidos pela revolução. Na Primeira República esteve sob o domínio dos girondinos, mas que ficaram pouco tempo no poder (1792 a 1794), pois foram derrubados pelos jacobinos. Criou-se assim a República Termidoriana, (1794 a 1799), sob o poder dos jacobinos.

A Revolução Francesa foi um dos momentos mais importantes da história europeia e significou no fim o domínio do capital, que usou os grupos menos privilegiados para dar o golpe e assumir o Estado francês. Mas pode-se dizer que a participação popular foi intensa e sangrenta, provocando muitas mortes por meio da chamada guilhotina. Este aparelho que ceifou milhares de vidas de camponeses, mas democraticamente, ceifou também muitos membros da aristocracia, inclusive o rei e a rainha.

Foi um dos episódios mais marcantes da história da humanidade. Apesar de todos os fatores envolvidos e interesses mais obscuros, a Revolução Francesa possibilitou que pela primeira vez o povo assumisse o poder.

Sugiro aos alunos assistirem ao filme “Revolução Francesa” numa versão do History Channel, que pode está disponível no link: http://www.youtube.com/results?search_query=revolu%C3%A7%C3%A3o+francesa+history+channel&aq=1&oq=revolu%C3%A7%C3%A3o+francesa e seus subsequentes



Capítulo 2

Os Clássicos do Pensamento Social

A discussão desenvolvida pelos três autores, denominados Clássicos pelo mundo acadêmico, teve como objetivo principal entender como de davam as relações entre o indivíduo e a sociedade.

Antes deles foi Comte que iniciou suas reflexões sociais entusiasmado por Saint Simon, de quem foi secretário e de quem recebeu enorme influência.

2.1 Saint Simon

Claude-Henry de Rouvry, Conde de Saint-Simon, vivenciou a Revolução Francesa e as transformações dela decorrentes. Aos quarenta anos pregava a necessidade do fim definitivo do sistema feudal, motivado pela racionalidade científica:

Uma das temáticas centrais de sua obra decorreu de sua crença de que, na nova sociedade que nascia, a racionalidade burguesa suplantaria a dominação política da nobreza, ensejando a eliminação definitiva da antiga ordenação social oriunda do feudalismo. O motor dessa racionalidade era para ele a indústria, ou

que ele chamou de sistema industrial. Sua profissão de fé criou doutrina e fez seguidores (FERREIRA, 2001, p.34).

Saint-Simon pensou um sistema positivo comandado por uma elite intelectual e econômica (cientistas e industriais) que deveriam ser responsáveis pelo provimento das condições de vida da classe trabalhadora. Esse comando seria pautado no desenvolvimento pleno da ordem, paz e progresso e deveriam extinguir os conflitos entre as classes.

Foi o precursor da Sociologia Moderna e teve em Comte seu maior seguidor.

2.2 Auguste Comte

Assistente de Saint-Simon baseou sua obra em seus ensinamentos. Foi um dos principais formuladores do Positivismo.

Comte criou o termo Sociologia, colocando-a como sendo a ciência mais complexa e profunda. Ele se dedicou aos estudos da filosofia positivista, considerada por ele como uma forma de religião, não uma religião como aquela que dominou por séculos a sociedade europeia, mas no sentido de penetração no social como aquela. Nesse sentido foram criados espaços específicos, quase como uma igreja, para que os positivistas tivessem um local para se encontrarem. Como para os positivistas não havia uma metodologia específica para as ciências humanas, eles usavam a mesma usada pelas ciências naturais, por isso Comte denominou inicialmente a Sociologia de Física Social.

Num período em que as diversas ciências se definiam, procurando seu objeto, a Sociologia seria para Comte algo maior. Significaria a ciência que funcionaria como unificadora de todas as ciências.

Segundo sua filosofia política, a história teria em seu decorrer três estados diferentes: um teológico, outro metafísico e o terceiro seria o positivo, que representaria no seu entender o auge a que qualquer sociedade poderia chegar. Representava o progresso social.

No estado teológico:

[...] Deus seria o centro de todas as referências humanas, a medida de tudo na sociedade. Nesse estágio o homem viveria um período de aculturação ainda incipiente que justificaria sua ligação coma divindade. Deus seria o regente da vida social e o homem a ele diretamente vinculado, fosse por meio da relação direta ou pela mediação do estado teocrático (FERREIRA, 2001, p.37).

O estado metafísico:

[...] serviria de transição ao estado seguinte. Deus não seria mais o regente absoluto da vida social, e sim uma essência onipresente a ela. Nessa etapa os dogmas da fé anterior seriam profundamente questionados, pondo em dúvida seus fundamentos e dissolvendo o caráter orgânico de seu saber. Se o estágio anterior definiasse por ordem, este, por ser de transição revelava um sentido de progresso no percurso da civilização humana (FERREIRA, 2001, p.37).

O estado positivo:

[...] esse estágio encontraria sua expressão na sociedade capitalista moderna. O homem, partindo de uma concepção antropocêntrica se colocaria como regente da vida social. Esse estágio só se afirmaria em plenitude quando seu método, após edificada a física social, passasse a coordenar todos os domínios da ciência [...] o espírito positivo forneceria os preceitos fundamentais para a concepção de uma unidade consensual para a nova ordem, assentada definitivamente, daquela hora em diante, na razão (FERREIRA, 2001, p.37).

O pensamento Comtiano exerceu enorme influência sobre muitos autores. Sua ciência positiva embasou a Sociologia, da qual este foi considerado o primeiro representante, chegando inclusive a nominá-la.

Foi nesse pensamento que Durkheim se basearia para construir a Sociologia enquanto ciência, e depois a disciplina na universidade.

2.3 Durkheim

2.3.1 Momento Histórico

Émile Durkheim, pensador francês, nascido em 1858, é considerado um dos clássicos da Sociologia. Autor de várias obras, entre elas: “Regras do Método Sociológico”, “Divisão Social do Trabalho” e “Suicídio”, Durkheim é reconhecido pelo empenho em dar um caráter científico à Sociologia, emancipando-a como ciência autônoma e possuidora de um rigoroso método próprio.

Antes de expormos o pensamento de Durkheim, é necessário que o posicionemos historicamente, para que possamos entender o verdadeiro sentido de suas ideias. Durkheim desenvolveu seus estudos no final do século XIX e início do século XX, quando já havia sido desenvolvido o positivismo, a partir do pensamento de Auguste Comte. Ele havia esboçado traços da atual Sociologia dentro da perspectiva dominante na época, o evolucionismo. Teorizou afirmando que o pensamento humano, antes do positivismo, já havia passado por outros dois estados: o teológico e o metafísico.

a) O estado teológico era caracterizado pela crença em divindades e espíritos, por intermédio dos quais se explica os fenômenos da natureza.

b) O estado metafísico era caracterizado por uma abstração maior, com abandono das divindades e espíritos, passando a considerar que existiam forças naturais e leis constantes que organizavam o mundo e as sociedades.

c) O terceiro estado é o próprio positivismo, no qual se busca uma compreensão científica do mundo, com a observação direta dos fatos, inspirando-se na química, física e biologia.

Nesse contexto positivista, Durkheim desenvolve sua Sociologia sempre buscando uma independência e emancipação

científica, bem como a definição de objetos e métodos próprios, que ainda não eram visíveis no pensamento de Comte. Para Cláudia Costa:

Embora Comte seja considerado o pai da Sociologia e tenha-lhe dado esse nome, Durkheim é apontado como um de seus primeiros grandes teóricos. Ele e seus colaboradores se esforçaram por emancipar a Sociologia das demais teorias sobre a sociedade e constituí-la como disciplina rigorosamente científica. Em livros e cursos, sua preocupação foi definir com precisão objeto, o método e as aplicações dessa nova ciência (COSTA, 2005, p. 81).

Imbuído dos princípios positivistas, Durkheim queria definir com rigor a Sociologia como ciência, estabelecendo seus princípios e limites e rompendo com as ideias de sendo comum – os “achismos” – que interpretavam a realidade social de maneira vulgar e sem critérios.

Esse é o necessário para adentrarmos nas ideias de Durkheim: que viveu num momento histórico onde nas concepções teológicas e metafísicas predominavam as ideias positivistas e, ainda, um pensador que buscava a independência da Sociologia, para afirmá-la enquanto ciência.

2.3.2 A Base Teórica

A base do pensamento durkheiminiano encontra-se no positivismo, que já tinha sido fundado tendo como base o pensamento de Comte, mas que ao incrementar algumas ideias e inaugurar a Sociologia enquanto disciplina na Universidade em Paris, Durkheim encontrava na realidade a justificativa da existência do mundo burguês. Ao mesmo tempo que construía sua teoria, elaborava a metodologia que deveria ser seguida para a pesquisa da realidade social, a qual a Sociologia deveria investigar. Segundo Costa, podemos definir o positivismo da seguinte forma:

O positivismo foi o pensamento que glorificou a sociedade europeia do século XIX, em franca expansão. Procurava resolver os conflitos sociais por meio da exaltação à coesão, à harmonia natural entre os indivíduos, ao bem-estar do todo social (COSTA, 2005, p. 73).

Dessa forma aceita-se que o positivismo foi elaborado numa realidade de transformação social e tinha por objetivo referendar as novas relações que se impunham socialmente. Neste sentido é que procurava enxergar a nova realidade a partir de uma harmonia social. Era, portanto, um incentivo à superação daquela situação de caos social vivida pela sociedade europeia. E é Costa novamente quem nos informa a crítica à teoria positivista.

Por mais evidentes que sejam hoje os limites, interesses, ideologias e preconceitos inscritos nos estudos positivistas da sociedade, por mais que eles tenham servido como lemas de uma ação política conservadora, como justificativa para as relações desiguais entre sociedades, é preciso lembrar que eles representaram um esforço concreto de análise científica da sociedade (COSTA, 2005, p. 73).

A crítica que se pode hoje fazer ao positivismo não elimina o seu caráter inovador do período de transição do sistema feudal para o sistema capitalista. Os estabelecimentos de novas relações na sociedade precisavam de uma justificativa para que se mantivessem, e, o positivismo serve ao capitalismo para explicar sua existência.

Se avaliarmos as relações sociais dominantes em nossa sociedade, na atualidade, fatalmente encontraremos elementos do positivismo referendando formulações sobre a vida social, mostrando como o pensamento positivista dominou o senso comum e se estabeleceu na sociedade, fazendo com que se solidificasse.

Sua permanência pode ser entendida observando que o positivismo é um estilo de refletir sobre a realidade existente, mas não podemos deixar de criticar os limites do método ao naturalizar a vida

social, confirmando valores e normas que servem ao poder para que um ser humano domine outro ser humano.

2.3.3 O Método

O elemento básico do pensamento positivista, pelas consequências que acarretam, é a não separação entre as ciências sociais e as ciências naturais, ou seja, a metodologia para entender uma (ciências naturais) é a mesma que deve ser usada para entender a outra (ciências sociais). Desta forma, a compreensão para desvendar as ciências químicas ou biológicas, por exemplo, é a mesma que deve ser usada para que possamos entender o ser humano. Essa dimensão do positivismo se torna o elemento fundamental para a Sociologia, no entendimento de Durkheim, por definir seu método de análise.

Pensar essa teoria no processo de industrialização e pensar hoje é completamente diferente, pois a ciência é datada e o positivismo na atualidade passou por um processo de revisão, mas na época, esse método foi fundamental para referendar a ideia existente na sociedade da naturalização daquilo que é construído socialmente.

Apesar de existirem diversas concepções ultrapassadas nessa teoria, ela sobrevive na sociedade, na medida em que se concebe que o positivismo reafirmou o pensamento existente na realidade e, de certa forma, continuamos a usar determinadas concepções por estarem entranhadas na consciência social. Em função disso é que se naturalizam muitos acontecimentos de origem social e não nos damos conta disso, o que demonstra a influência que o positivismo exerce ainda hoje no cotidiano das pessoas. Um exemplo presente em nosso dia a dia são as frases que repetimos sem refletir, como: “filho de peixe, peixinho é”, que denota uma naturalização e em muitos casos um preconceito contra determinadas formas de ser do indivíduo na sociedade.

A questão metodológica é uma preocupação que aflige bastante os clássicos da Sociologia, isto porque a metodologia é o instrumento que auxilia o sociólogo na elaboração de sua pesquisa e nos resultados encontrados. Devido à rigorosidade científica, exigida principalmente por

Durkheim, é que o método adquire uma importância fundamental. Daí a sua proposta de total afastamento do investigador do objeto de estudo.

Durkheim compreende que como o sociólogo pertence àquela sociedade que irá investigar, ele deve chegar a uma análise a mais fidedigna possível do fato social observado, buscando afastá-lo de todo preconceito, paixão ou desejo do próprio cientista. Deve o cientista afastar-se das opiniões e juízos de valor individuais dos envolvidos com o fato social. Mais precisamente, para realizar a pesquisa o sociólogo despe todo o conhecimento e vivência anterior para que possa investigar de forma neutra. Afastado de todos os elementos que possam corromper o resultado da pesquisa, dispõe o sociólogo de métodos objetivos, como a observação, a descrição, a comparação e a estatística.

Ou seja...

A metodologia corresponde àqueles elementos que devem ser considerados no levantamento de dados ou na observação daquilo que Durkheim chama de fatos sociais, o objeto da Sociologia.

Então:

- ✓ o positivismo não faz diferença de método entre aquele usado pelas ciências sociais e aquele usado pelas ciências naturais;
- ✓ exige do pesquisador uma neutralidade, que será exercida por intermédio do despir de conhecimentos, valores e normas da sociedade em que vive, tornando-o neutro diante do fato social a ser investigado, ou seja, de seu objeto;
- ✓ o positivismo privilegia a objetividade do fato social, o que os olhos observam é a realidade almejada;
- ✓ em função desses elementos metodológicos é que o positivismo privilegia principalmente a pesquisa quantitativa e, logicamente, a estatística como instrumento de auxílio à pesquisa para chegar à verdade.
- ✓ se diferencia das manifestações individuais.

2.3.4 Objeto da Sociologia

Durkheim primeiramente irá definir o objeto da Sociologia, assim como os demais clássicos, ao elaborar a teoria que irá fundamentar a sua ciência. É criada uma série de conceitos que dão forma à teoria, com uma linguagem própria, elaborando um por um os conceitos que irão alimentá-la. Então, o fato social torna-se o objeto da Sociologia e é ele próprio que irá definir:

É fato social toda a maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter. (DURKHEIM, 1977, p. 11).

2.3.5 Fato Social

O conceito de fato social contém três elementos que podemos considerar como sendo básicos: **coerção social, exterioridade em relação ao indivíduo e generalidade na sociedade dada.**

A **coerção** é compreendida como a força da ação da sociedade sobre os indivíduos, determinando a forma como se deve agir, ou seja, de acordo com os fatos sociais. As coerções segundo Durkheim podem ser legais e morais, sendo as primeiras prescritas em leis e as segundas entendidas como as regras estabelecidas pela sociedade, nas relações entre os indivíduos.

Não há dúvida de que esta coerção não se faz sentir, ou é muito pouco sentida quando com ela me conformo de bom grado, pois então torna-se inútil. Mas não deixa de constituir caráter intrínseco de tais fatos, e a prova é que se afirma desde que tento resistir. Se experimento violar as leis do direito, elas reagem contra mim de maneira a impedir meu ato se ainda é tempo; com o fim de anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal, se já se realizou e é reparável; ou então para que eu o expie se

não há outra possibilidade de reparação. Mas, e em se tratando de máximas puramente morais? Nesse caso, a consciência pública, pela vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e pelas penas especiais que têm a seu dispor, reprime o ato que a ofende (DURKHEIM, 1977, p. 02).

Pelo que podemos apreender, fatos sociais são as instituições estabelecidas socialmente que devem ser obedecidas pelos membros da sociedade. Para o caso de uma desobediência por um de seus membros, a sociedade reage e define a penalidade que lhe cabe. As sanções legais são aquelas presentes nos códigos que regulam as relações entre os indivíduos na sociedade, enquanto as morais significam as reações negativas da sociedade frente a comportamentos que a ofendem, seja com relação a uma roupa ou a uma palavra não adequada numa determinada situação.

Outra característica aos fatos sociais é a **exterioridade aos indivíduos**. Tal caráter tem o sentido de afirmar que os indivíduos ao nascerem encontraram os fatos sociais (regras, costumes, leis, religião) já estabelecidos e transmitidos pelas instituições sociais, portanto, são obrigados a aceitá-los sob coerção social. O indivíduo não tem direito de decidir se deseja ou não, por estar tão estabelecido socialmente que não é mais questionado se aqueles fatos sociais devem ser cumpridos ou não.

No elemento de coerção, existente nos fatos sociais, se esconde na teoria durkheiminiana a sua concepção de homem. Ele considera a sociedade mais forte que o indivíduo, e por isso, acaba por ceder à essa força, aceitando as imposições estabelecidas pela sociedade. Como ele mesmo afirma:

Toda educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver, de sentir e de agir às quais elas não chegariam espontaneamente, observação que salta aos olhos todas as vezes que os fatos são encarados tais quais são e tais quais sempre foram. Desde os primeiros tempos de vida, são as crianças forçadas a comer, beber, dormir em horas regulares; são constrangidas a terem hábitos higiênicos, a serem calmas e obedientes; mais tarde, obrigamo-

las a aprender a pensar nos demais, a respeitar usos e conveniências, forçamo-las ao trabalho, etc, etc... (DURKHEIM, 1977, p.05).

Por fim, a última característica, a **generalidade**. Entende-se como geral, os fatos que se repetem no âmbito de uma determinada sociedade e que por isso se encontram em todos os indivíduos ou, pelo menos, na maioria deles. Portanto, os atos coletivos devem se diferenciar dos atos individuais. São os atos coletivos que caracterizam as sociedades devido ao sentido de coletivo em função da consciência que regula as relações na sociedade. Durkheim (1977, p.07) afirma:

Mas, poderão objetar, um fenômeno não pode ser coletivo se não for comum a todos os membros da sociedade ou, pelo menos, à maior parte deles; se não for geral, portanto. Sem dúvida; mas se ele é geral, é porque é coletivo (isto é, mais ou menos obrigatório), e está bem longe de ser coletivo por ser geral. Constitui um estado do grupo que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles. Está bem longe de existir no todo devido ao fato de existir nas partes, mas ao contrário existe nas partes todas porque existe no todo.

É ainda na questão metodológica que Durkheim dá algumas informações que serão fundamentais para a compreensão de sua teoria. A primeira trata-se de que o fato social deve ser tratado como se fosse coisa e sobre ela deve incidir uma análise objetiva, ou seja, na direção de afastar todas as pré-noções, organizá-los por características exteriores comuns e apreender os fatos de modo isolado de suas manifestações individuais.

Precisamos, pois, considerar os fenômenos sociais em si mesmos, destacados dos indivíduos conscientes que formulam representações a seu respeito; é necessário estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nesta qualidade que se apresentam a nós (DURKHEIM, 1977, p. 24).

O objetivo para estudar os fatos sociais é, segundo Durkheim, a compreensão da sociedade e de sua coesão. Na linha de análise das ciências naturais, o autor compara a sociedade a um organismo vivo, mais precisamente a um corpo humano, que pode tanto apresentar estados que podem ser considerados “normais” ou “patológicos”, numa metáfora com qualquer organismo biológico, estados saudáveis ou doentios. Então, como distinguir quando um fato social teria o caráter normal ou patológico:

[...] Com efeito, para as sociedades como para os indivíduos, sendo a saúde boa e desejável, é a doença, ao contrário, algo de ruim que deve ser evitado. Se, então, encontrarmos um critério objetivo, inerente aos próprios fatos, que nos permita, nas diversas ordens de fenômenos sociais, distinguir cientificamente a saúde da doença, a ciência será capaz de esclarecer a prática, muito embora se conservando fiel ao método que lhe é próprio. Como não consegue, presentemente, atingir o indivíduo, não pode sem dúvida nos fornecer senão indicações gerais, que só serão convenientemente diversificadas se entrarmos diretamente em contacto com o individual, por meio da sensação (DURKHEIM, 1977, p. 42).

Para que seu método tenha validade, Durkheim protege suas pesquisas de qualquer critério subjetivo, para ele a objetividade na classificação dos fatos sociais, especificamente em todos os fatos sociais e em todos os momentos, deve ser fundamental para que se chegue a um resultado da maior rigorosidade científica. Esse critério é a generalidade do fato social, que pode ser designado como a garantia de normalidade na medida em que representa o consenso social.

Chamaremos normais aos fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou de patológicos. Se convencionarmos chamar tipo médio ao ser esquemático que resultaria da reunião num todo, numa espécie de individualidade abstrata, das características mais frequentes, poder-

se-á dizer que o tipo normal se confunde com o tipo médio, e que qualquer desvio em relação a este padrão da saúde é um fenômeno mórbido (DURKHEIM, 1977, p. 48).

Então, a distinção entre generalidade e normalidade do fato social deverá ser avaliada dependendo da sociedade que se está pesquisando, haja vista que cada uma possui um tipo médio e a saúde que lhe é peculiar em um determinado momento, que é histórico, pois as sociedades vivem diversas fases. Desta forma, uma prática tem que ser analisada de acordo com a contemporaneidade em que ela se apresenta.

É preciso renunciar ao hábito, ainda demasiado corrente, de avaliar uma instituição, uma prática, uma máxima social ou moral, como se fossem boas ou más em si e por si, para todos os tipos sociais indistintamente (DURKHEIM, 1977, p. 49).

Durkheim rompe com a ideia de que todas as sociedades devem ter práticas semelhantes, na verdade ele não fala, mas refere-se a questões culturais que vão definir aquilo que deverá se constituir enquanto sua prática social, mas as fases diferentes representam os momentos vividos por aquela sociedade. Não podemos deixar de relacionar essa afirmação à questão metodológica da teoria durkheiminiana, que faz referência a Comte, ao mostrar as diversas fases vividas por todas as sociedades até chegar ao seu auge, que seria o capitalismo, que corresponde à fase positivista de domínio da ciência.

Esse trajeto é como se fosse o destino que estaria prescrito a todas as sociedades e gerou, num determinado momento histórico, como nos anos 60, a inevitabilidade da industrialização na economia brasileira, já que todas as sociedades deveriam em determinado momento abraçar a indústria. Não se questionava se existiria ou não a possibilidade de se construir um modelo alternativo de sociedade. Os caminhos já estavam traçados: as sociedades iriam se diferenciar apenas momentaneamente, devido às fases diferentes vividas pelas sociedades, que um dia iriam se igualar, na medida em que o capitalismo se impusesse mundialmente. O

poder da ciência iria dominar o mundo. Percebe-se aqui a influência de Darwin e seu evolucionismo.

Um fato social não pode, pois ser acimado de normal para uma espécie social determinada, senão em relação com uma fase, igualmente determinada, de seu desenvolvimento; por conseguinte, para saber se é possível lhe dar tal denominação, não basta observar sob que forma se apresenta na generalidade das sociedades que pertencem a esta espécie, é preciso ainda ter o cuidado de considerá-lo na fase correspondente de evolução da mesma (DURKHEIM, 1977, p. 49).

Durkheim expressa assim os momentos vividos em cada sociedade como sendo fases a serem superadas no momento oportuno, definidas por ela mesma, ou ainda, pelas relações sociais.

2.3.6 A Anomia na Sociedade

Para Durkheim, a generalidade do fato social é sua unanimidade. Representa o consenso, a coesão social, a vontade coletiva, o acordo do grupo, a mesma intenção e a mesma ideia sobre determinada questão. Logo, a saúde de uma sociedade pode ser medida pela coesão social, consenso, unanimidade na escolha da solução em relação a determinado fato social, enquanto que a morbidez social pode ser medida em função do dissenso, e o abalo da harmonia social diante de um fato social, denominado de **anomia**. Durkheim afirma que os fatos patológicos ou a doença são considerados transitórios e excepcionais, por reinar na sociedade a harmonia social, e os abalos são entendidos como momentos passageiros.

Prestem atenção à linguagem usada pelo autor, é a mesma linguagem usada pelas ciências naturais. A sociedade está saudável quando ela é harmônica e ela está doente quando há uma falta de consenso, quando a solidariedade não está presente. A sociedade, para ele, é uma unidade saudável, onde reina a harmonia, e se ela não está presente é porque algo está doente, e, por isso precisamos encontrar a cura. O papel

da Sociologia seria identificar qual o órgão da sociedade que se encontra doente, para que ela procure como solucionar, como curar essa doença. Se ele pensa em alguns momentos em um todo social, esse todo se refere na realidade ao elemento doente.

Como exemplo a violência que convivemos atualmente no Brasil seria, na opinião de Durkheim, um elemento que não compõe a sociedade, mas algo que surge na sociedade e deve ser por isso banido, para isso deve-se atacar especificamente a segurança na sociedade. Para Durkheim se podem isolar os elementos que compõem a sociedade e tratá-los como se fossem um órgão do corpo humano que estivesse doente. Mas esse todo estaria relacionado somente àquele órgão. Dificilmente Durkheim conseguiria extirpar a violência da sociedade, se não levasse em consideração outros órgãos importantes dentro da sociedade, como por exemplo, a educação, a saúde, a desigualdade e outros, todos eles relacionados à questão da violência na sociedade brasileira. Não se pode estudar a violência pela violência, mas a violência tem uma origem que deve ser considerada para que possamos superá-la e relacioná-la à totalidade social. Ora, por isso as políticas públicas independentes não funcionam e não podem funcionar. Nós brasileiros temos experiência com o fato. As políticas públicas devem ser articuladas a todas as instâncias sociais. Quantas reformas educacionais já foram realizadas e a educação não consegue avançar? Por quê? Porque a educação não pode ser tratada como independente da saúde, da desigualdade e assim por diante.

2.3.7 A Consciência Coletiva

Os fatos sociais, para Durkheim, têm vida própria, independente dos pensamentos e ações individuais dos membros da sociedade, por isso tais fatos passam de gerações em gerações. Se bem que o autor não negue de maneira alguma a existência de uma consciência individual, no entanto essa consciência individual se confunde com o que ele chama de consciência coletiva, pois apesar de cada um ter seus pensamentos próprios, a sociedade é determinante no estabelecimento de padrões de conduta e pensamento. Ele afirma:

O conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um padrão de comportamento. Um sistema determinado que tem sua vida própria; poderemos chamá-lo: a consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade; mas não deixa de ter caracteres específicos que fazem dela uma realidade distinta. Com efeito, é independente das condições particulares em que os indivíduos estão colocados; eles passam, ela permanece. Essa consciência não se basearia nos indivíduos e grupos sociais, tampouco seria o simples produto das consciências individuais, mas algo completamente diverso (DURKHEIM, 1977, p. 98).

Segundo Durkheim, a consciência coletiva seria o “tipo psíquico da sociedade”, que não muda por intermédio das gerações, mas que une uma geração à outra. A consciência coletiva compreende a moral da sociedade, com capacidade para julgar e valorar os atos dos indivíduos, rotulando-os de imorais, reprováveis ou criminosos. É por seu intermédio que se pode medir a força dos valores e normas sociais, por ter a consciência coletiva um poder de coação que vai variar dependendo do grau de desenvolvimento das sociedades. E esse será desvendado pelo tipo de solidariedade na sociedade.

2.3.8 Solidariedade Mecânica e Solidariedade Orgânica

O autor entende que o trabalho na sociedade capitalista produz a solidariedade entre os indivíduos e para ele existem dois tipos de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A solidariedade mecânica se constitui numa forma típica das sociedades arcaicas pré-capitalistas, é uma solidariedade por semelhanças, pois os indivíduos diferem pouco uns dos outros, identificando-se por meio de suas famílias, religiões, tradições e costumes. Aqueles que fazem parte dessas sociedades são fortemente influenciados pela consciência coletiva, perdendo mesmo

a personalidade e a individualidade, que se torna um instrumento de coação, logo de coesão social.

O primeiro tipo só pode ser forte na medida em que as idéias e as tendências comuns a todos os membros da sociedade ultrapassam em número e intensidade as que pertencem pessoalmente a cada um deles. A solidariedade é maior na medida em que esse excedente seja mais considerável. Ora, o que faz nossa personalidade é isto que cada um de nós temos de próprio e de característico, o que nos distingue dos outros. Esta solidariedade só se intensifica pois na razão inversa da personalidade (DURKHEIM, 1978, p. 82).

Neste sentido, a consciência individual é dependente da consciência coletiva, por seguir sua tendência. A sociedade, por intermédio de seus valores, normas e tradições, é mais forte do que o indivíduo, submetendo-o ao seu poder; portanto, temos uma consciência individual fraca. Nas sociedades arcaicas, pré-capitalistas, onde não há uma divisão social do trabalho tão desenvolvida, é a solidariedade mecânica que mantém a coesão social, em virtude da predominância absoluta da consciência coletiva sobre a consciência individual.

A solidariedade orgânica é típica das sociedades capitalistas, que devido à grande divisão social do trabalho, há maior dependência entre os indivíduos, pois cada um produz uma parte do que é necessário para a produção social, tornando-se dependente do trabalho do outro. É também nessas sociedades que se desenvolve o individualismo. As relações dominantes no processo produtivo de uma sociedade são aquelas que irão predominar nas relações sociais. Na fábrica o indivíduo se perde com um número imenso de trabalhadores e uma divisão do trabalho fragmentada, interferindo na forma como os indivíduos irão se relacionar socialmente.

A coesão social é também obtida por intermédio da divisão social do trabalho, caracterizada por uma especialização profissional. E quanto mais independentes e especializadas se tornarem as instituições,

mais dependentes se tornam umas das outras, por se necessitarem mutuamente para garantir a unidade da sociedade. A denominação de orgânica deve-se a uma analogia que Durkheim faz com relação ao organismo dos animais superiores. Portanto ele vai usar uma linguagem de acordo com o método positivista que não diferencia as ciências sociais das ciências naturais. Nesta perspectiva, assim como cada órgão do corpo humano tem uma função, a sociedade pode ser entendida da mesma forma, possui diversas instituições e cada uma delas tem a sua função. Durkheim afirma:

A solidariedade produzida pela divisão do trabalho é totalmente diferente. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se pareçam, esta supõe que eles diferem uns dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual seja absorvida pela personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera própria de ação e, conseqüentemente, uma personalidade (DURKHEIM, 1978, p. 83).

Dependendo então das condições de desenvolvimento, a solidariedade, tanto a mecânica quanto a orgânica, vai contribuir para o maior ou menor poder de coesão da consciência coletiva na sociedade, na medida em que ela mantém uma relação visceral com a forma de solidariedade predominante.

A solidariedade é um conceito durkheiminiano que está estreitamente ligado à consciência coletiva, na medida em que o seu poder pode ser maior ou menor, dependendo da forma como ela se apresenta na sociedade, enquanto a anomia se trata da ausência de uma coesão social.

As regras, os valores e as tradições encontram-se em processo de mudança, que Durkheim atribui ao momento de transformação vivido pela sociedade provocado pela revolução industrial. Segundo o autor, esses momentos tanto podem ser causados por crises, como por mudanças aceleradas em que o corpo social não absorve rapidamente as ocorrências na sociedade. Na sua pesquisa sobre o suicídio, este conceito é usado para

mostrar que o número de suicídios aumenta à medida que a crise com a implementação do capitalismo se acelera.

Então como a sociedade vai se munir para superar a crise que produziu a anomia?

Na verdade, Durkheim atribui à divisão do trabalho na sociedade capitalista a causa para a situação de anomia vivida pelo social. Como é a partir do trabalho que a sociedade vai se organizar, será a divisão do trabalho no domínio do capital que vai gerar a falta de valores e regras que regulem a vida em sociedade. Essa crítica também será feita por Marx, na medida em que o trabalhador fará somente uma parte do trabalho e não terá uma visão da totalidade daquilo que produz.

Durkheim (1978, p.97) afirma que: “[...] se a divisão do trabalho não produz a solidariedade é que as relações dos órgãos não são regulamentadas, é que elas estão num estado de anomia”. Dessa forma critica também a divisão do trabalho na sua contemporaneidade e, segundo ele, é ela que deve ser reformada. Neste sentido, a teoria durkheiminiana tem simpatias pelas corporações existentes no final do sistema feudal, em que determinadas profissões se reuniam em uma localidade para produzir cada um o seu produto. Como já não havia condições de um retorno ao passado, a saída para ele seria a construção de uma nova moral, que regulasse as relações na sociedade.

Essa moral seria resultado das relações de trabalho que deveriam ser reformuladas para que o social novamente se tornasse saudável. Novamente a linguagem é tirada das ciências naturais para explicar o fenômeno social.

2.4 Karl Marx

Na realidade, Marx pode ser considerado um profissional de todas as áreas das ciências humanas, tamanha a abrangência que seus textos conseguem alcançar, por isso alguns o reconhecem como economista, e ele o é na contundente obra “O Capital” em que faz uma

análise do sistema capitalista jamais vista da formação e organização do capitalismo; como filósofo, e ele o é no tratamento dos temas que discute sobre o homem e suas questões diante da vida; é sociólogo, e ele o é diante das reflexões feitas sobre a sociedade em que vivemos; é historiador, porque Marx está sempre fundamentando seus temas com fatos históricos que sustentam suas teses. Enfim, Marx consegue em seus textos mostrar a sociedade em sua totalidade e não somente partes do que ela representa.

2.4.1 Momento Histórico

Nasceu em Trier na Alemanha em 1818, morrendo em Londres em 1883. Marx esteve envolvido de alguma forma com diversos jornais na Alemanha, em Paris e depois em Londres. Marx fez doutorado em filosofia em Berlim, quando defendeu, em 1841, uma tese sobre a diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e de Epicuro. Neste período estudou Hegel e se tornou hegeliano até 1843. Impossibilitado de tornar-se professor devido à repressão que dominou a Prússia em 1841, virou jornalista. Foi como redator-chefe do *Jornal Renano* que se deu conta de que o mestre Hegel tinha uma concepção equivocada a respeito de um ponto crucial: o Estado.

Em 1844 se une a Engels, amizade que durará toda a vida. Foi também em 1844 que Marx casou-se e, instalado em Paris, dirigiu uma revista que estava prestes a desaparecer. Expulso da França, radica-se em Bruxelas, participando de todas as organizações clandestinas de operários e exilados. Após o início da Revolução Francesa, Marx edita junto com seu companheiro de trabalho, Engels, o folheto: “O manifesto Comunista”. Após ter participado de diversos movimentos revolucionários na Europa e após a expulsão de Paris, Marx se instala em Londres dedicando-se, então, a escrever suas obras, sob o auxílio financeiro de Engels, que podia contribuir para o sustento do autor.

2.4.2 A Base Teórica

Marx defendia o materialismo dialético, que já vinha sendo proposto por Feuerbach, combatente da teoria hegeliana, criticada por mostrar-se revolucionária, mas que se revelava eminentemente conservadora. Feuerbach, atento ao fenômeno religioso, objetivava fazer com que a religião fosse transposta do céu para a terra. Ao contrário da visão tradicional desenvolvida pela religião de que Deus criou o homem, o autor dizia que foi o homem quem criou Deus à sua imagem e semelhança. Enquanto o homem cria Deus, este se humaniza por ser o próprio homem, e a religião adquire uma humanidade, abandonando o caráter sagrado imposto pela sociedade.

Se Marx inicialmente é influenciado pelo pensamento hegeliano, percebe aos poucos os limites dessa teoria. Abandona a teoria hegeliana, mas não a dialética, que permanece elemento metodológico de suas reflexões. A questão que vai separar os dois teóricos estava relacionada à elaboração do pensamento social. Enquanto Hegel afirmava o domínio da consciência sobre a realidade, Marx segue o caminho contrário e percebe que a realidade é o fundamento de todo o pensamento. O real é o elemento determinante na elaboração da consciência do indivíduo. Exatamente por Hegel determinar que na consciência se elabora o real, é que ele é denominado de idealista.

Assim como Feuerbach, Marx baseia-se em Hegel ao manter a dialética como elemento presente em sua metodologia, entretanto se recusa a ter o idealismo como elemento de sua reflexão. O real não representa o desenvolvimento da razão, mas ao contrário, a razão significa um produto do real, das relações sociais.

A dialética para Marx é pensamento e realidade a um só tempo, a matéria e seu conteúdo histórico que determinam a dialética no marxismo. A contradição dialética não significa uma contradição externa, como algo externo ao objeto, mas há uma unidade na contradição mostrada pelo real, a partir da qual se elabora a identidade do objeto. A dialética mostra a relação, a familiaridade existente entre os elementos contraditórios, que podem ser idênticos, se interpenetram, fazendo com

que a realidade não se torne estática, engessada, mas se transforme em algo vivo, em uma relação permanente de troca entre real e objeto.

2.4.3 Objeto da Sociologia

A primeira aproximação de Marx com o movimento operário ocorre em Paris, logo após casar-se. Nesse momento passa a elaborar a sua concepção de homem, como resultado de um confronto com o pensamento dos economistas clássicos ingleses e o filósofo Hegel.

Enquanto a centralidade do trabalho era fato indiscutível entre os autores na história dos povos, na visão marxista o trabalho ainda era pensado por eles de forma abstrata. Passou, então, a aproximar-se dos trabalhadores, participando de organizações clandestinas de operários rebeldes. Percebeu no contato com a realidade a importância do trabalho para o homem e que isso o distinguiu das demais atividades realizadas pelas espécies animais.

O trabalho é a única atividade em que se estabelece uma relação entre sujeito e objeto. O trabalho não preexistiu ao homem e não poderia ser conhecido antes dele passar a existir, porque o homem se expressa nele, sendo um sujeito ativo, que modifica, se modifica, se supera e só podemos nos aproximar dele por intermédio do que ele produz. O homem expressa a sua capacidade ao agir com aquilo que ele produz.

É por meio do trabalho que o homem cria a ele mesmo enquanto ser, usando a sua criatividade. Essa criatividade utiliza na transformação da natureza, que ele transforma, e ao mudar a natureza ele mesmo se transforma, por ter adquirido um conhecimento, produto daquilo que ele transformou na natureza. É uma relação de permanente troca entre o homem e a natureza, numa dialética entre o real e a consciência. Daí a práxis, que é uma prática consciente do homem sobre o mundo.

Ao analisar o trabalho, Marx percebeu que o capitalismo não permitia ao homem viver todas as suas potencialidades, haja vista a transformação de todas as atividades humanas em mercadoria, além, naturalmente, daquilo que era produzido pelo homem, até a sua força de trabalho, que foi o único bem que restou ao homem/proletariado para

vender no mercado. Desta forma Marx crítica os economistas liberais de seu tempo, que atribuíram a exploração do trabalho à movimentação do mercado e ao aumento de preços. Para Marx a apropriação do trabalho se dá no processo produtivo.

[...] o trabalhador não tem o que vender para sobreviver, a não ser a sua força de trabalho. Portanto, é forçado pela fome, ou mesmo pela repressão organizada, a concordar com o salário que os patrões propõem. No espaço de um dia, de uma semana ou de um mês de trabalho, o trabalhador produz muito mais do que o seu salário, e essa diferença – entre o valor do que produz e o valor de seu salário –, chamada mais-valia, é apropriada pela classe capitalista e é a substância de toda a sua riqueza (CATANI, 1995, p. 31).

A mais-valia, a exploração do trabalho, se realizará então no processo produtivo, em que o capital se apropria do trabalho do trabalhador, ou seja, o trabalho que não é remunerado, e desta forma produz a sua riqueza. Mas Marx vai mais além ao mostrar que existem duas formas da mais-valia se expressar. Catani (1995, p.33) esclarece:

Para Marx, o aumento da mais-valia é possível graças a dois processos fundamentais: o prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e a redução do tempo de trabalho necessário (mais-valia relativa).

Uma sociedade baseada na produção de mercadorias possui como característica fundamental a propriedade privada, divisão social do trabalho e troca. Para que o trabalhador venda a sua força de trabalho e produza algo desejado socialmente, deve existir alguém que esteja interessado na compra dessa mão de obra e na produção da mercadoria. Assim ocorre a existência de um grupo que possui o capital, que investe na produção, organizando a infra estrutura para produzir bens e remunerar a mão de obra, detendo a propriedade privada. Cada um realiza uma atividade, já que ninguém sozinho consegue dar conta de produzir tudo o que necessita para sobreviver. A divisão do trabalho se apresenta como

outra característica desse modo de produção, em que cada um produz algo para colocar no mercado. E a troca se transforma no elemento essencial em que cada um permuta o seu produto por outro, fazendo com que a sociabilidade se construa a partir dela.

Os produtos de diferentes trabalhos privados têm de ser, na sociedade capitalista, trocados. A troca é condição necessária de subsistência de todos na sociedade, e esse produto a ser trocado, resultado do trabalho, denomina-se mercadoria. Assim, um produto do trabalho só se torna mercadoria num quadro de condições sociais em que imperem a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca, não podendo ser considerado como tal caso não se verifiquem essas três condições. (CATANI, 1995, p. 17)

Ao vender a sua força de trabalho, o homem vende-se a si próprio, ela não é mais a proprietária do seu querer, ele se vê na obrigação de fazer aquilo que lhe determinam. É como se o homem caísse numa rede sem condições de se libertar.

Para o autor, o trabalho deveria libertar o homem e não aprisioná-lo. Todos precisam trabalhar pois é no trabalho que o homem se realiza enquanto indivíduo. Além de o próprio trabalho se tornar para o homem uma prisão, o processo produtivo contribui ainda mais para que a consciência do homem se aliene. Ainda no sistema feudal, o homem produzia o produto em todas as suas fases, desde a compra do material até a entrega ao seu cliente. No sistema capitalista o trabalhador produz somente uma parte do produto. Ele não tem conhecimento do que está produzindo e portanto não se reconhece naquilo que esta produzindo. Ele não tem contato com o produto final. E, como Marx afirma, é no processo de trabalho que o trabalhador elabora a sua consciência. Se o seu trabalho é fragmentado, logo a sua consciência também o será.

A totalidade das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas

de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser que determina a sua consciência (MARX apud ANDERY, 1999, p.400).

A essa fragmentação da consciência do trabalhador na sua prática laboral, onde se produz a sua alienação, é acrescentado o fenômeno ideológico, transmitido pelas instituições sociais em favor das classes dominantes, como família, igreja, mídia, e outros que fazem a mediação entre a realidade e a consciência, fazendo com que a consciência do trabalhador não corresponda a sua própria realidade. Nesses aspectos, coloca-se:

A alienação é um conceito usado por Marx para explicar a relação dos homens entre si e dos homens com o produto do seu trabalho – uma relação de “estranhamento” – a partir do estabelecimento da propriedade privada. Sobre isto Marx afirma: essa propriedade privada material, imediatamente sensível é a expressão material e sensível da vida alienada [...] a superação positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana é por isso a superação positiva da alienação (ANDERY, 1999, p.408).

Diante disso, o trabalhador passa a defender os valores e as normas dos grupos dominantes, por não conseguir articular consciência e sua prática social. Para Marx ideologia é a consciência falsa, e é produzida para impedir que haja uma conexão entre consciência e prática, dando ao trabalhador a consciência real de sua exploração e conseqüentemente do processo de dominação a que está submetido. Essa consciência que o trabalhador precisa conquistar para que venha a se libertar das amarras em que está envolvido em um sistema que tem somente a função de lhe tomar toda a sua energia, a sua vida.

Nesse pensamento, Marx coloca o fetichismo da mercadoria, em que toda a produção social colocada no mercado, parece ter vida

própria, ou seja, perde, como mercadoria, a aparência de ter trabalho investido nela. Os produtos adquirem existência separado de seu criador. Um exemplo muito simples para pensar no fetichismo, é uma ida a uma loja ou a um supermercado para comprar uma panela. O consumidor ao pegar a panela não reconhece o trabalho nela investido. Aparece tudo como se a panela tivesse chegado ao local sem as diversas etapas necessárias a qualquer produto colocado a venda no mercado.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, no simples fato de que ela reflete aos homens as características pessoais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas [...]os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria [...] a isso chamo de “fetichismo” que adere aos produtos de trabalho tão logo produzidos como mercadorias ,que, por isso é inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2005, p.17)

Marx viu no trabalhador proletariado e em seu papel e relacionamento com o capitalismo, a possibilidade de se desenvolver uma práxis revolucionária, se tornar o agente de transformação, não só de sua situação enquanto explorado pelo sistema, mas também do conjunto da sociedade. Para isso, o proletário precisava se preparar para entender o desenvolvimento do capitalismo e as garras que o prendiam a esse sistema, portanto, era o conhecimento teórico que o proletário precisava para poder entender mais claramente o papel social que lhe coube na prática. Essa compreensão lhe daria o entendimento de que a práxis transcendia a simples atividade prática, mas a práxis é a prática consciente daquilo que se representa no todo social.

Marx, ao analisar o sistema capitalista, percebe que o elemento principal que move a sociedade é o conflito entre as duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado; portanto, é a partir desse conflito entre essas classes, o objeto ao qual a Sociologia deveria se deter para compreender. Contrariamente ao positivismo, Marx diz que a

objetividade não mostra o significado real do objeto, portanto, devemos olhar em que contexto o objeto está inserido e o que ele apresenta por trás de si.

2.4.4 Método

Para Marx não se poderia discutir a relação indivíduo/sociedade sem que fossem levadas em conta as condições materiais em que vive esse indivíduo, mais precisamente por intermédio do modo de produção que se poderia entender a organização da sociedade. Modo de produção significa a forma como os homens se reúnem para produzir a sua sobrevivência.

Para entender melhor a formação da sociedade capitalista, Marx criou um artifício que nos auxilia na compreensão da arquitetura da sociedade capitalista. Para isso ele criou a metáfora de um edifício em que dá a existência de uma infraestrutura e superestrutura:

a) A infraestrutura é a base do edifício e inclui todas as atividades econômicas da sociedade. Para Marx, a infraestrutura da sociedade, por estar presente o componente fundamental de qualquer organização humana, que é o trabalho, é aquele elemento determinante para as relações sociais, aliás é a partir dele que essas se elaboram. Mais uma vez: as relações sociais são organicamente ligadas às relações de trabalho. É a partir do trabalho que o homem organiza as suas relações em sociedade.

b) A superestrutura é responsável pela formulação do pensamento social, ou seja, é nela que constituem as instituições que darão sustentação ideológica às relações existentes na sociedade. As instituições sociais teriam, então, o objetivo de explicar e justificar as relações existentes na infraestrutura social. Mas isso é um processo vivido pela sociedade, onde todas as instituições são colocadas em questão e a reflexão

sobre as relações sociais vai permitindo que as portas se abram para as mudanças no comportamento social.

Neste sentido, as instituições existentes na superestrutura da sociedade produzem o pensamento que vai dominar a consciência de uma determinada sociedade. Mas esse pensamento é produto das relações sociais que se dão na relação entre infra e superestrutura. Para que uma prática social se mantenha, se estabeleça socialmente, ela necessita que exista uma justificativa, caso contrário ela não se efetivará socialmente. A permanência das relações entre os homens está articulada a um pensamento que justifica a sua existência.

Como exemplo podemos observar a condição da mulher na sociedade atual. Se pensarmos no papel da mulher há, digamos, 30 anos, poderíamos dizer que ela não teria condições de exercer atividades públicas, que deveria permanecer com as atividades domésticas que são aquelas que lhe caberiam socialmente. Naquele período, o papel do feminino era explicado como sendo uma pré-determinação. E, desta forma, as mulheres pediam autorização ao masculino para qualquer atividade que quisessem exercer ou mesmo uma saída de casa precisava de autorização, pois o masculino deveria ter controle sobre elas. Atualmente a discussão sobre o papel do feminino, depois da entrada massiva da mulher no mercado de trabalho, é quanto à igualdade. Neste sentido, as explicações dadas anteriormente já não surtem o mesmo efeito em função das mudanças ocorridas na realidade. A igualdade entre os sexos é a forma como hoje a sociedade justifica tamanha participação feminina em todas as áreas. Deve-se levar em conta também que a entrada da mulher no mercado de trabalho se deu de forma massiva, inclusive em áreas antes exclusivamente masculinas, devido às mudanças ocorridas no modo de produção: assim, os computadores e os robôs promoveram mudanças no processo produtivo, o que permitiu ao feminino exercer atividades que antes exigiam a força do masculino.

Então, na superestrutura se encontram as instituições responsáveis pela formulação do pensamento social, e esse pensamento tem a função de explicar as relações sociais existentes, mais precisamente

de justificá-las. Pode-se dizer que essas instituições são a família, a escola, a igreja e outros.

Ou seja:

A metodologia corresponde àqueles elementos que devem ser considerados no levantamento de dados ou na observação daquilo que Marx denomina classes sociais, o objeto da Sociologia.

Então:

- ✓ Marx usa o método dialético como chave para compreender a realidade social;
- ✓ Marx cria um artifício didático, infra e superestrutura, para explicar a organização da sociedade.
- ✓ Na infraestrutura estão as relações econômicas determinantes na sociedade.
- ✓ Na superestrutura encontram-se as instituições responsáveis pela elaboração do pensamento social, que serve de justificativa para as relações existentes na infraestrutura.
- ✓ Para Marx, a realidade não é aquilo que vemos num primeiro momento, a objetividade como quer o positivismo, não é a aparência que mostra o objeto, mas o que ele esconde.
- ✓ Não existe neutralidade para Marx, o pesquisador se envolve com o objeto e este com o pesquisador.

2.5 Weber

2.5.1 Momento Histórico

Weber nasceu em Erfurt em 1864 e viveu até 1920. Filho de uma família da alta classe média encontrou em casa uma atmosfera intelectualmente estimulante. Primogênito de oito filhos, seu pai era protestante e a mãe calvinista. Seu pai era um conhecido advogado,

político liberal e funcionário público. A esposa, Marianne Weber, biógrafa de Weber, foi uma das alunas pioneiras da universidade alemã e integrava grupos feministas de seu tempo.

Weber estudou na Faculdade de Direito da Universidade de Heidelberg em 1882, onde seu pai havia estudado, frequentando os cursos de economia política, história e teologia. Transferiu-se para a Universidade de Berlim, onde em 1889 obteve o doutorado em Direito e em 1891 a tese de habilitação, ambos com escritos de história do direito e da economia. Foi professor nas Universidades de Freiburg, Heidelberg, Berlim e Viena. Em 1903, renunciou ao cargo de Professor e aceitou uma posição como diretor-associado do recém-nascido *Archiv für und Sozialwissenschaft* (Arquivos de Ciências Sociais e Política Social).

2.5.2 Base Teórica

Considerado um dos fundadores do estudo moderno da Sociologia, mas sua influência pode ser sentida na Filosofia, no Direito, na Ciência Política e na Administração. Personagem influente na época, foi consultor dos negociadores alemães no Tratado de Versalhes (1919) e da comissão encarregada de redigir a Constituição de Weimar.

Como se pode constatar, Weber teve uma formação intelectual excelente, não só pelas Universidades que frequentou, mas pelo ambiente doméstico, que o estimulou e tornou sua Sociologia extremamente sofisticada e nem sempre acessível a todos. A teoria weberiana é na atualidade, bastante difundida, pois é por meio dela que se desenvolveram os estudos culturais.

Assim como os demais sociólogos, ou qualquer outro cientista que elabora uma proposição, é importante notar que ao mesmo tempo em que formula sua teoria, ele desenvolve o método de apreensão da realidade social. A ciência tem por objetivo investigar a realidade e a Sociologia, a realidade social, e, para investigar o real, torna-se premente a elaboração de uma metodologia que se adeque àquela teoria.

As reflexões weberianas são construídas em um período de grandes transformações da Alemanha que podem ser resumidas em três momentos, identificados pela unificação política, pela consumação

da transição do feudalismo ao capitalismo e pela imersão na disputa imperialista entre as nações. Esses elementos trariam novas questões que serviriam a Weber em sua reflexão sobre as sociedades.

2.5.3 Método

O método weberiano é bastante aberto com relação ao desenvolvimento das ciências. Ele não diz de maneira nenhuma ter descoberto uma ciência única que consegue explicar todos os fenômenos da sociedade como para Marx e Durkheim, que consideram sua ciência como aquela que pode dar conta da realidade social. Pelo contrário, a formulação científica de Weber é apenas uma entre outras e é exatamente pelo quadro teórico de uma ciência que ele acredita poder chegar a uma neutralidade. De acordo com o cientista, ao usar um quadro teórico para explicar seu objeto, chega ele a uma neutralidade científica.

Desta forma, Weber foge à ideia de que a sua ciência é aquela que poderia resolver os problemas da humanidade, mas é apenas uma entre outras tantas. Assim, enquanto Durkheim atribui ao cientista a responsabilidade de atingir a neutralidade, ao despir todo o conhecimento adquirido na sociedade, agora o cientista também é responsável de se chegar a uma verdade. Porém, seguindo o pensamento weberiano, cada ciência terá uma verdade e, portanto, pode-se chegar a diversas verdades. Então, cabe ao indivíduo na sociedade encontrar a sua própria, a partir daquelas apresentadas pelos diversos quadros teóricos.

Essa visão de Weber, entretanto, não elimina sua preocupação pela objetividade do conhecimento da realidade humana. Ao lidar com a construção da Sociologia preocupava-se com a relação entre a análise científica e os valores daquele que a realiza. O pesquisador deve partir de alguma preocupação ou indagação que deriva, em verdade, dos seus próprios valores. Podemos, então, concluir que o ponto de partida da análise científica, tanto de caráter histórico quanto sociológico, nunca é neutro; logo, possui um aspecto subjetivo que é fundamental para a seleção do objeto, mas esse seria o único momento em que os valores e ideias do pesquisador podem influenciar a pesquisa, que devem ser

excluídos a partir do instante em que o pesquisador iniciar a análise do objeto.

Essa seria a garantia, na visão weberiana, de objetividade para chegarmos a uma compreensão de qualquer fenômeno social. Isso significa a neutralidade axiológica, que é a neutralidade em relação a valores. Na análise, o quadro teórico do pesquisador deve dominar as explicações sociológicas.

Outro elemento fundamental para que o pesquisador alcance a objetividade do conhecimento nas ciências sociais é a separação entre o conhecimento empírico, obtido mediante a interpretação da ação e das relações sociais, e os juízos de valor sobre o que é estudado. Para o autor, o conhecimento científico jamais poderá fornecer um julgamento de valor sobre aquilo que é analisado. O pesquisador não poderá dizer o que é bom ou mau para uma determinada população, essa é uma questão que não cabe a um estudo científico responder.

Mas nada de misturar os métodos de compreensão da realidade social com os métodos das ciências naturais. Weber se nega a incluir as ciências sociais no quadro teórico das ciências naturais, como faz o positivismo. O autor entende que as ciências humanas têm sua particularidade e, portanto, não devem usar os mesmos métodos das ciências naturais. Acredita que as ciências humanas devem ser compreendidas de outra forma que aquela usada pelas ciências naturais, os métodos devem obedecer a outra lógica. A ciência social tem seu espaço próprio na realidade e é a partir dela que devemos investigar os fenômenos sociais.

Por outro lado, ao tornar cada indivíduo como agente fundamental e único na ação dentro da sociedade, por ser cada vivência única, é a partir de cada discurso, cada compreensão do vivido que o sociólogo deve ter o ponto de partida para sua pesquisa sociológica. Para Weber, cada indivíduo, ao vivenciar uma situação, escolhe a melhor opção para aquele momento. Diante disso se torna responsável por suas opções, fugindo da ideia de passividade do objeto que nos é transmitida pelo positivismo.

Ou seja:

A metodologia corresponde àqueles elementos que devem ser considerados no levantamento de dados ou na observação daquilo que Weber chama de ação social, o objeto da Sociologia.

Então:

- ✓ **as ciências sociais devem ter um método próprio de análise da realidade;**
- ✓ **exige uma neutralidade, que será alcançada de acordo com o quadro teórico usado pelo pesquisador;**
- ✓ **foge às explicações macro, portanto, recupera o indivíduo e seu discurso, que deve expôr a sua vivência para o pesquisador;**
- ✓ **o pesquisador deve desvendar o sentido/interpretar a ação social do objeto;**
- ✓ **a ciência quer chegar a uma verdade, mas cada ciência tem a sua verdade.**

2.5.4 A Ciência e o Desencantamento do Mundo

Considerando cada existência como uma realidade independente, desaparece o coletivo, e, por isso, a realidade passa a ser relativizada, por existirem várias formas de entendê-la, assim como poderíamos chegar a uma compreensão mais próxima do real? Será que existiria uma leitura mais próxima da realidade ou a realidade é composta de diversas faces e cabe ao indivíduo decidir a sua verdade. Não é assim que vivemos na atualidade as questões relativas ao científico, ou não? Será que acatamos imediatamente a opinião de um médico que nos informa estarmos tomados por uma doença grave ou ao sermos informados da doença, considerada pelo médico como extremamente grave, pensamos imediatamente em consultar um outro médico, com a finalidade de verificarmos se aquele resultado é realmente o único? Será que ouvimos na verdade diversos médicos, não só com o objetivo de fugirmos da

realidade descrita, mas com a necessidade de ouvirmos uma outra versão para aquele resultado?

No entanto, isso não vem a significar que a ciência perdeu a legitimidade alcançada durante a Revolução Industrial, em que se tornou um elemento fundamental dentro da sociedade e de explicação dos fenômenos, sejam eles naturais ou sociais. Mas é exatamente neste ponto que Weber passa a questionar a validade real da ciência para o homem. Será que ao dar respostas plausíveis a todas as questões sociais, a ciência está resolvendo o problema do homem?

Para Weber, ao invés de resolver, a ciência cria novos problemas e, a partir daí, o homem não consegue se satisfazer, pois há sempre algo a ser desvendado e, portanto, causa a sua inquietação diante de uma realidade incompleta. Segundo o autor, no período anterior ao capitalismo o ser humano tinha uma sensação de completude ao morrer, enquanto que o homem moderno, ao contrário, está sempre esperando por novas descobertas científicas que podem resolver os problemas da sociedade, daí a permanente sensação de algo a ser resolvido.

Ao desvelar todas as questões sociais e naturais, desaparecem os mistérios e, portanto, há o que Weber chama de “desencantamento do mundo” ou secularização, mas que não dá ao homem a tranquilidade que ele necessita para o seu cotidiano. A ciência é algo importante por trazer o conhecimento para o homem superar as suas dificuldades, mas, por outro lado, há a inquietação, pela sensação de ter sempre algo a ser resolvido. A ciência é progresso, mas possui seus limites.

Podemos atribuir a Weber um pessimismo com relação ao futuro da sociedade capitalista, dominado pela ciência, daí o autor discute a racionalidade, que no seu entender, trata-se como uma coerência lógica com um fim estabelecido presente na atividade humana. Para ele, a racionalidade está presente em todas as atividades humanas e todos nós estamos envolvidos, pois há um padrão de conduta que realiza a adequação entre os meios necessários para um objetivo determinado. Muitas dessas condutas são determinadas pelo Estado, que nos guia socialmente, mostrando os caminhos para melhor chegar a um determinado objetivo.

2.5.5 Objeto da Sociologia

Objeto é estabelecer o que aquela ciência específica deve estudar. Como vimos anteriormente, cada um dos sociólogos define o que ele entende como sendo o objeto da Sociologia. Isto significa que, ao criar seu objeto, ele cria, ao mesmo, tempo toda uma linguagem que será própria de sua teoria e estará articulada a sua metodologia, que dá a forma como o investigador deve realizar a sua pesquisa.

Para Weber, a Sociologia deve se preocupar com a “ação social”, que trata da interação entre dois ou mais indivíduos na sociedade, isto por sempre ter um agindo tendo um outro por referência. Este agir supõe um sentido subjetivo com relação ao outro. Para que seja uma ação social, torna-se necessária ser uma ação compartilhada com alguém, ela é carregada de uma perspectiva de comunicação ou influência sobre o outro.

E então, o que deve ser apreendido pelo sociólogo da ação social? O que ele deve observar? Para o autor, o sociólogo deve captar a relação de sentido que a ação social possui. Nesse aspecto se verifica a sofisticação da teoria weberiana. O pesquisador não tem a função simplesmente de descrever o que vê na realidade social, novamente, conforme aponta o positivismo, mas para conhecer o fenômeno social ele deve extrair o conteúdo que cada indivíduo atribui à sua ação ou ações, e então encontrar o sentido da ação.

Nessa perspectiva, a Sociologia tem por função interpretar o significado da ação social, observando todo o percurso da ação, desde a sua motivação inicial até as consequências sociais por ela produzidas. Não se pode imaginar um fenômeno independente da realidade que o criou; portanto, deve-se analisar a história em que está envolvido. Por isto, alguns autores chamam Weber de historicista.

O sentido seria aquele vivido pelo sujeito, que levou o sujeito ou sujeitos a agir, tendo por referência o comportamento dos outros, que serve de orientação na sociedade. Ou seja, há na sociedade um comportamento padrão que serve de direção aos seus membros, mas

que pode ou não ser seguido, é, segundo o autor, uma opção pessoal, dependente da situação em que o sujeito está colocado.

O sociólogo deve compreender o sentido que foi dado pelo sujeito. Refletindo sobre seu papel, é possível perceber que Weber dá a ele uma relativa autonomia na sociedade, na medida em que ele vai optar pelo que melhor lhe convém, apesar da sociedade lhe mostrar um modelo padrão para aquela situação vivida.

A ação é determinada pelo sujeito e é o que Weber enfatiza em sua Sociologia, se contrapondo às visões positivistas e evolucionistas que desvalorizavam o papel das ações humanas na construção da história. A ação social é, para Weber, a ação do indivíduo na sociedade, que se tornava o centro de suas reflexões. O indivíduo seria o ponto de partida para o consentimento ou não dos valores culturais que lhe são impostos socialmente, assim como a afirmação ou negação de regras e padrões sociais, e a construção de relações sociais. O indivíduo se torna um agente ativo no processo social e nas decisões com relação a si próprio. Weber afirma existirem diversos tipos de ação social: afetiva, tradicional, racional com relação a valores, e racional com relação a fins.

O papel do sociólogo seria interpretar a realidade vivida pelos indivíduos na sociedade, mas interpretar é mais do que simplesmente descrevê-la como queria o positivismo, pois a descrição não revela o significado daquela ação. Para que o sociólogo apenas descreva o ato realizado por um indivíduo, ele explica-o por intermédio do que Weber vai chamar de tipos ideais, que são conceitos criados pelo autor a partir da realidade social, que o auxiliam a selecionar ou a dar relevância aos aspectos mais importantes para compreender a ação social. Como se afirma:

Tais conceitos são, por analogia, como o quadro de um pintor expressando o ponto de vista do sociólogo sobre a realidade observada. O tipo ideal expressa o que o pesquisador consegue captar de uma realidade observada e organizar de um modo coerente e racional na forma de um conceito. Nesse sentido, o tipo ideal nunca reproduz integralmente as relações humanas observadas, sendo antes uma construção do próprio

sociólogo feita a partir dos dados que obtém por meio da pesquisa (LIMA; SILVA, 2009, p. 80).

Com a construção dos tipos ideais, Weber consegue juntar desde relações análogas até aquelas que se opõem entre si. O conceito criado a partir de um elemento da sociedade e considerado tipo ideal serve à interpretação de qualquer situação permeada pelas ações sociais, isto é, pelas ações recíprocas entre os indivíduos.

2.5.6 Sociologia Compreensiva

Weber chama a sua Sociologia de compreensiva, em primeiro lugar porque considera que a Sociologia tem por função entender a ação do indivíduo na sociedade e por se constituir o pesquisador também em um indivíduo, ele pode entender o seu objeto, fato único nas ciências; e segundo é quanto ao papel do sociólogo, cujo objetivo é compreender o que levou o sujeito a escolher aquela e não outra opção. Para isso, o sujeito deve ser questionado sobre a sua escolha pelo sociólogo. Tal abordagem do problema significa que não é possível propriamente explicá-lo como resultado de causas e efeitos (procedimento das ciências naturais defendido pelo positivismo), mas compreendê-lo como fato carregado de sentido, que ao ser desvendado aponta para outros fatos e em função deles poderia ser conhecido em toda a sua amplitude.

O método compreensivo, para Weber, objetiva entender o conteúdo das ações de um indivíduo, não num aspecto exterior. Novamente uma crítica ao positivismo que pretende entender aquilo que vê em sua objetividade, mas vê na ação um ato carregado de sentido, cabendo ao pesquisador desvendá-lo. O fato não se esgota em si mesmo, mas aponta novas direções que podem ser traduzidas em uma série de significações sociais, na medida em que duas pessoas estão interagindo:

Suponhamos uma pessoa que todos os dias, às oito horas da manhã, entra em uma instituição de ensino e sai às treze horas. Por si mesmo, esse fato nada nos diz. Cabe, portanto, ao observador estabelecer suas

perguntas em relação ao fato e interpretá-lo. Sendo essa pessoa, por exemplo, um professor, podemos perguntar o que o leva a proceder dessa maneira todos os dias: a necessidade de obter salário para sobreviver, a prática de ensino como um ideal a ser realizado, a continuidade com uma atividade realizada há muito tempo por seus familiares (constituindo uma tradição familiar), o desejo de obter status perante a comunidade na qual convive. Enfim, várias podem ser as razões, dependendo do indivíduo em questão e da situação na qual é encontrado. O importante é que, ao desvendar uma ou mais dessas razões, o observador está estabelecendo o motivo daquela ação social, podendo demonstrar, a partir daí, qual o curso do seu desenvolvimento e suas consequências (LIMA; SILVA, 2009, p. 87).

O autor afirma que os sentidos que modelam as ações sociais não poderiam ser entendidos somente a partir de um aparato metodológico das ciências naturais, apesar de que a rigorosidade da observação nas ciências naturais seja um fato que deve ser fundamental também para o cientista social. Considera que a busca nos fenômenos de uma regularidade causal obedece a um esquema que possui logicidade de prova, tanto nas ciências humanas, quanto nas ciências naturais. Se a existência de uma lógica de explicação causal as assemelha, não se poderia confirmar quanto às leis gerais formuladas a partir da realidade social, objeto das ciências humanas, nas quais a complexidade dos elementos, que podem contribuir para a ação humana, exigem outros métodos de análise. Essas leis, obtidas por meio de pesquisas sobre o comportamento com sentido, abrangem especificamente aqueles comportamentos particulares.

Seguindo esta metodologia, Weber vai construir, a partir da realidade, os denominados “tipos ideais”, que representam generalizações de conceitos abstratos e obedecem à lógica da prova, pois estão estreitamente relacionados à realidade particular.

Portanto, são tipos ideais aquelas construções encontradas na realidade social que, apesar de serem individuais, repetindo-se no real,

permitem ao pesquisador criar generalizações. Ou seja, a pesquisa mostra a regularidade de determinadas ações em determinadas situações, que por se repetirem, se tornam ideais e podem ser testadas no cotidiano daquela sociedade em que esses tipos foram construídos.

[...] a permanência de relações e práticas sociais mais diversas é garantida por relações de dominação. Dominador e dominado são personagens sempre presentes na Sociologia compreensiva. Sem o consentimento dos governados, o domínio dos governantes através do Estado seria impossível, assim como a própria existência do Estado (LIMA; SILVA, 2009, p. 101).

Há três tipos de dominação para Weber: dominação legal (racional-legal), tradicional e carismática. A dominação legal significa a obediência do dominado a regras anteriormente estabelecidas. A dominação tradicional segue a obediência em virtude de crença e aceitação de uma autoridade. A dominação carismática relaciona-se à tradição e a obediência segue a devoção afetiva dos dominados que, como a denominação, se trata de uma obediência em função de um poder baseado em qualidades pessoais.

Uma das questões mais pesquisadas por Weber foi sobre a Sociologia da Religião e que gerou aquele que é um dos seus trabalhos mais conhecidos, que se trata de “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, fornecendo novas abordagens sobre o fenômeno religioso. Neste trabalho, faz uma relação entre as ideias e as atitudes religiosas, relacionando-as às atividades e organizações econômicas. Os valores do protestantismo, como por exemplo, a disciplina ascética, a poupança, a austeridade, a vocação, o dever e a propensão ao trabalho se tornaram um impulso para o desenvolvimento do capitalismo, se contrapondo ao catolicismo que incentiva a contemplação, a oração, o sacrifício e a renúncia da vida prática.

Em sequência apresentamos um quadro com as principais diferenças conceituais entre os autores clássicos: Durkheim, Weber e Marx:

	DURKHEIM	WEBER	MARX
OBJETO DA SOCIOLOGIA	FATO SOCIAL	AÇÃO SOCIAL	CLASSES SOCIAIS
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO	COERÇÃO EXTERIOR, GERAL NA SOCIEDADE, INDEPENDENTE DAS MANIFESTAÇÕES INDIVIDUAIS	INTERAÇÃO SOCIAL – SENTIDO DA AÇÃO SOCIAL	RELAÇÕES ENTRE AS CLASSES RELAÇÕES ENTRE INFRA E SUPERESTRUTURA
A SOCIEDADE	SOLIDARIEDADE ORGÂNICA E MECÂNICA	INDIVÍDUO SOCIOLOGIA COMPREENSIVA	CONFLITO
TRABALHO	DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL – NOVA MORAL	DIFERENÇA NO TRABALHO: MODERNIDADE	DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO – IMPLOÇÃO DA SOCIEDADE
RELAÇÃO SUJEITO/OBJETO	NEUTRALIDADE CIENTÍFICA ATRAVÉS DO PESQUISADOR	NEUTRALIDADE ATRAVÉS DA RACIONALIDADE	ENVOLVIMENTO DO PESQUISADOR COM O OBJETO
OBTENÇÃO DE DADOS	OBSERVAÇÃO (OBJETIVIDADE)	OBJETIVO EXPÕE VIVÊNCIA – DISCURSO (SUBJETIVIDADE)	ENVOLVIMENTO COM O OBJETO (APARÊNCIA/ESSÊNCIA)
ESTADO	EQUILÍBRIO SOCIAL	RACIONALIDADE - BUROCRACIA	ESTADO DA CLASSE DOMINANTE

PRINCIPAIS DIFERENÇAS NO ENTENDIMENTO DOS CONCEITOS PELOS AUTORES CLÁSSICOS

Conceitos Importantes na Sociologia

3.1 Estado

O conceito de Estado é considerado muito importante para a Pedagogia, aliás, para todos nós, pois este permeia a nossa vida, apesar de não percebermos. Pensar o Estado é muito difícil de materializar. O Estado na realidade abrange três diferentes instâncias:

- O Município, que para nós é mais palpável nas cidades menores, mas que nas cidades maiores já se torna invisível;
- O Poder Estadual, que já é um pouco maior e mais difícil de ser compreendido e
- O Governo Federal ou a Presidência da República ou como é chamado também de Executivo ou União.

Estas instituições de alguma forma estão presentes em nossas vidas, de certo modo nos atingem, nos tocam, pois precisamos, no nosso cotidiano de diferentes serviços que elas devem nos oferecer. Isto porque pagamos impostos, inclusive em todas as compras que fazemos, e ao pagar tais tributos, a União tem a obrigação de nos devolver esse capital em serviços. Assim, deveríamos ter hospitais, escolas, moradia, segurança de boa qualidade além de outros benefícios, pois o que pagamos ao Estado

seria o suficiente para que esses serviços nos fossem oferecidos em grande quantidade e em boa qualidade. Entretanto não é o que experiência nos mostra, mas não devemos perder de vista que melhoramos muito enquanto população. Existem diferentes movimentos sociais que fazem essa exigência e tornam a sua atividade um instrumento para a sua realização.

Realmente se observa uma interdependência sendo que o Estado depende da população, pois as políticas públicas devem ser elaboradas visando àquilo que necessitamos. Dessa forma temos que dizer permanentemente a nossos senadores, deputados federais e estaduais e vereadores aquilo que precisamos, para que eles, como nossos representantes, em todas estas esferas exijam que o governo municipal, estadual e federal criem as políticas públicas para sanar nossas dificuldades enquanto sociedade. Afinal, nós os escolhemos para isso.

A influência do Estado tem importância no nosso cotidiano, ela se evidencia ainda mais na educação. Por quê? Ora, é o Ministério da Educação que elabora em Brasília todo o programa que deve ser transmitido pelas escolas em todo o Brasil. Mesmo admitindo que os governos estaduais acrescentem sua influência nas políticas educacionais, que lhes estão subordinadas nos Estados, a base do processo educativo é elaborada em Brasília e os Estados devem se submeter a essas regras.

Acerca da conceituação de Estado, é preciso considerar que cada um dos sociólogos clássicos entende a realidade de forma diferente, os conceitos também são compreendidos de acordo com o que eles pensam em suas considerações. Afinal uma teoria é um todo que se complementa em que está articulado um conceito ao outro. A pós-modernidade nos mostra a possibilidade de misturar uma teoria com a outra, mas mesmo assim, o autor tem que mostrar na teoria que trabalha uma complementariedade, senão não é possível explicar seu objeto. Naturalmente que o objeto é contraditório diriam alguns teóricos, mas se existe uma contradição, é porque algum elemento objetiva esconder alguma de suas explicações da realidade. O papel de uma teoria é exatamente explicar cientificamente seu objeto, mas a ciência se apresenta de diversas formas.

Então, vamos lá. A função do Estado tem diferentes significados para cada uma das teorias, por quê? Cada teoria precisa explicar a realidade de acordo com seus demais conceitos, como já explicamos. Vamos considerar que o Estado supostamente teria a função de satisfazer as necessidades de todos os seus cidadãos indiscriminadamente. Será que a realidade é assim mesmo? Vejamos como surge o Estado Moderno:

3.1.1 O Estado Absolutista

A primeira forma do Estado Moderno surge da crise do sistema feudal, onde a nobreza e o clero detinham o poder e passavam a se defrontar com a nova classe em ascendência, à burguesia. O que caracteriza o Estado Absolutista é o poder do Rei, que aparece socialmente como exercendo o poder, mas que na realidade está submetido a burguesia. Diante das dificuldades da burguesia para assumir o poder, tornou-se necessário usar a figura do Rei como seu escudo para que o capitalismo se implantasse na sociedade sem provocar maiores contestações, principalmente dos grupos em decadência. Diante das mudanças que iniciavam na sociedade feudal, a burguesia nascente começou a alinhar alianças políticas com os monarcas, num momento em que a crise feudal gerou uma série de disputas pelo poder.

O Rei passou a assumir diretamente a administração econômica, a justiça e o domínio militar. Vale lembrar que não houve um modelo determinado na Europa, cada país teve seus conflitos diante das relações de poder existentes no período. Foram exatamente essas condições, de diferentes lutas entre os grupos que estavam em processo de decadência, que impediram uma tomada imediata do poder pela burguesia. Ela teve que, inicialmente se unir ao Rei, para depois então tomar o poder diretamente. Por outro lado, a Igreja teve muitos conflitos com o poder nascente, mas não interessava ao Rei cortar relações diretamente com o poder religioso. Desta forma, mesmo com relações conflituosas, o Rei e o Papado mantiveram as relações no mesmo patamar de antes da crise feudal.

No período absolutista surgem os primeiros elementos que viriam a caracterizar o Estado Moderno:

- O primeiro deles é a divisão entre o Rei e o poder político do Estado. Embora defendesse os interesses públicos em detrimento de seus próprios interesses, em outros, seu interesse particular prevalecia. Mas os primeiros sinais da diferença entre o Rei e o público já se delineavam. Weber denomina de Estado Patrimonialista aquele em que não se faz a diferença entre o público e o privado.
- Outro elemento visível foram os funcionários e demais agentes que contribuía para administração do Estado, como Ministros, assessores e demais componentes, conferindo-lhe um caráter moderno. Inclusive os ministros responsáveis pela política econômica do mercantilismo já se destacavam e denominavam a política que haviam implementado. O Estado intervinha diretamente na formulação de uma política econômica, inclusive diretamente nas empresas, para que as medidas implantadas alcançassem seus objetivos. A nobreza participava em alguns cargos do Estado, mas exerciam suas funções de acordo com o que se exigia de um funcionário público. É o que Weber vai chamar de burocracia, a transformação do Estado Patrimonialista em Estado Burocrata, em que os funcionários assumem os cargos para exercer sua atividade racionalmente para atender os interesses públicos.
- Para exercer as atividades de controle, surgem os funcionários especializados – o judiciário – estabelecendo limites bem definidos entre o público e o privado, segundo o direito romano. Além do mais, inicia-se a formação de um exército permanente, composto por nobres, mas que lentamente passou a incorporar componentes das camadas populares, pois se começa a levar em consideração a existência dos demais grupos na sociedade.

3.1.2 O Estado Liberal

Surge após a Revolução Industrial como parte das explicações dadas pelo positivismo no período, é o conceito de Estado dominante no período, ou seja, naquele momento histórico, o Estado é a instituição que tem a função de distribuir os bens sociais de forma igualitária para todos os seus cidadãos. A revolução industrial cria o conceito de cidadão, que é o indivíduo pertencente a uma determinada comunidade e que, por ser membro dessa comunidade, possui determinados direitos independente da função ou posição que exercer na sociedade, e esses direitos devem ser oferecidos e defendidos a seus cidadãos.

O que caracteriza o Estado Liberal é a fundação do mercado que, segundo os economistas liberais, deveria regular as relações econômicas da sociedade sem que houvesse a interferência do Estado. O mercado estaria agindo na sociedade civil. Desta forma, uma exigência básica do Estado Liberal seria a separação entre o público e o privado, que já tinha apresentado alguns elementos no Estado Absolutista, mas este ainda exercia grande influência no mercado. No Estado liberal essa separação torna-se fundamental.

Nesse momento é que se dá efetivamente a tomada do poder do Estado pela burguesia. Com uma economia fortalecida, não houve dúvidas quanto ao rompimento do Estado Absolutista. As revoluções burguesas exigiam novas regras para regular o mercado e uma delas seria a de romper com o mercantilismo que impunha relações que não mais eram condizentes com o poder burguês.

O Estado manteve-se limitado a atividades políticas devido a centralização dos poderes, apesar de não conseguir separar o político do econômico. Mas o burguês rejeitava o Estado e qualquer intervenção que ele sugerisse. Não se desejava destruir o Estado, afinal ele se tornara um instrumento da burguesia para regular as relações na sociedade civil, ou seja, manter o operariado dócil ao mundo burguês.

Smith (2007) afirmava, em seu livro "*Riqueza das nações*", a existência de uma mão invisível no mercado que contribuiria para que as relações se dessem sem que houvesse qualquer tipo de intervenção. A

aparência que o mercado transmitia uma desordem que não correspondia a realidade era na verdade um ordenamento, uma lógica que o regulava, dispensando, portanto, qualquer forma de controle. Seria esta mão invisível que permitiria ao mercado organizar-se por si mesmo. O mercado serviria tanto a vendedores quanto a compradores. A liberdade e a igualdade que foram promulgadas na Revolução Francesa como direitos do Homem estariam oferecidas na sociedade civil e ao Estado caberia somente proteger o funcionamento do mercado.

A liberdade servia tanto para a venda da força de trabalho para os trabalhadores, quanto para o direito à propriedade para a burguesia. O sistema contemplava a todos sem exceção, porém, a liberdade para os trabalhadores era limitada à fome. Eles não tinham muita alternativa quando precisavam optar pelo trabalho, pois necessitavam sustentar a família. O Liberalismo não via desta forma, a concorrência é que move o mercado. Assim, nesta forma de governo, o Estado se apresenta como braço direito da burguesia, não só transmitindo o pensamento dominante como também controlando as manifestações que poderiam ameaçar o sistema.

3.1.3 O Estado de Bem-estar Social

A crise do sistema capitalista gerou uma mudança nas suas instituições, sendo que no Estado estas ficaram mais transparentes, por ser este a instituição que estabelece as políticas públicas, regulando as relações sociais.

No período inicial do capitalismo industrial ainda não existia uma classe operária organizada, somente o seu desenvolvimento permitiu a organização de instituições que vieram dar ao operariado, por intermédio de lutas incansáveis, o surgimento dos sindicatos, gerando uma série de conquistas. Após a primeira crise do capitalismo, possibilitou-se a criação de direitos sociais regulando a relação entre capital e trabalho.

A crise do capital foi uma crise de superprodução que obrigou uma ampliação para outros mercados, para que os produtos fabricados tivessem demanda suficiente para serem vendidos. Esse acontecimento

provocou uma busca por novos mercados, na medida em que a produção no início do sistema capitalista era ilimitada.

Para os países dependentes, esta procura se tornou uma queda na indústria nacional. Na medida em que adentram em novos mercados, o capital retorna com alta tecnologia, que as empresas nacionais não conseguem acompanhar, o que torna impossível sua manutenção, fazendo com muitas desapareçam neste processo. O capitalismo nesse período é denominado de monopolista, exatamente pelo poder devastador que apresenta nas economias nacionais. Dessa forma, não há mais possibilidade de se manter o Estado Liberal.

Com a decadência do Estado Liberal, surgem as instituições de proteção aos trabalhadores. Sua atuação possibilitou que diversas exigências dos trabalhadores fossem cumpridas. O movimento operário diante de um significativo poder de barganha com o capital torna o Estado uma instituição que passa a intervir na economia, diferentemente do Estado Liberal, que não permite qualquer tipo de intervenção. Surge assim a denominação de Estado de Bem Estar Social.

[...] para sustentar as campanhas de Reivindicações trabalhistas e sociais, a classe operária se organizou em sindicatos, segundo os ramos da produção (por exemplo, o da indústria têxtil) ou de acordo com a categoria profissional (alfaiates, pedreiros, etc.). Mais que isso, a classe operária passou a disputar o próprio poder, através dos partidos operários – socialdemocratas, socialistas e outros – ou mesmo através de organizações políticas não partidárias, como os anarquistas (TOMAZI, 2000, p. 144).

O Estado de Bem Estar Social assume determinados serviços sociais, que deveriam ser na realidade, assumidos pelos trabalhadores com seus salários. Isto não ocorre devido aos baixos salários recebidos pelos trabalhadores. Como o capital está em crise e as exigências dos trabalhadores tinham que ser cumpridas, pois estes possuem um poder de barganha que atingiram com seu nível de organização, o Estado aparece para suprir determinados serviços. Esta atuação do Estado surge para que

o capital não perca com a crise, ou seja, o Estado vem a oferecer serviços para a população para que não seja necessário o capitalista oferecer um aumento nos salários dos trabalhadores.

A entrada do Estado significou o fim da crise do capital sem que ele próprio tivesse que dispender de qualquer gastos, caso tivesse que aumentar o valor dos salários dos trabalhadores. Isso mostra a estreita relação que Estado e capital possuem na regulação das relações sociais. O Estado de Bem Estar Social ofereceria educação, saúde, moradia e segurança à sociedade, na medida em que universalizava esses serviços.

A universalização se torna uma “faca de dois gumes” no sistema capitalista e principalmente nos países dependentes. Nos países europeus, o Estado de Bem Estar Social, local onde teve seu surgimento, funcionou plenamente, dando aos trabalhadores uma segurança, inclusive diante do desemprego. Caso ficassem desempregados, o Estado oferecia salário que não obrigava o trabalhador a diminuir o nível de vida e de sua família. Oferecia-se desde o apoio com aluguéis, até um pleno funcionamento do sistema de saúde, oferecendo desde medicamentos a óculos, suprimindo realmente todos os serviços à sociedade. Mas temos que salientar que mesmo na Europa não foram todos os países que tinham um Estado de Bem Estar Social no mesmo nível que a Inglaterra ou a Alemanha, por exemplo.

Na América Latina, este modelo de Estado não significou praticamente nada, principalmente pelas classes dominadas, que continuaram obrigadas a enfrentar filas, muitas vezes saindo destas diretamente para a morte. Serviu e ainda serve principalmente à classe dominante, devido à universalização dos serviços sociais, que diante dos serviços públicos, usa-os ao seu bel prazer, com uma série de alianças de relações e conhecimentos, em que burla todos os princípios éticos, oferecendo a estes acesso aos melhores serviços oferecidos pelo Estado .

Esta forma de Estado entra em conflito juntamente com uma nova crise do capital. A crise dos anos 70, do século XX, tornou inviável manter o mesmo nível de oferecimento de serviços. Seu início se estabelecesse com a deficiência de energia, aumento do preço do petróleo, e junto a isso, o desenvolvimento da tecnologia, gerando um

desemprego monstro na Europa, que antes financiava um nível baixo de desempregados. Naturalmente, os partidos decidem que os investimentos deveriam ter uma nova direção.

O desemprego torna os trabalhadores frágeis e seus direitos passam a ser desconstruídos. A Inglaterra, na Europa, foi um dos primeiros países tomados pelo processo de desconstrução do Estado de Bem Estar Social. O governo iniciou pelo esfacelamento das instituições dos trabalhadores, atacando e destruindo os sindicatos. Na América Latina foi a ditadura de Pinochet que começou a desconstrução do Estado de Bem Estar Social. Paralelamente às conquistas sociais, surgem nos países europeus diversos partidos políticos de origem operária, entretanto, em sua maioria foram cooptados pelas forças burguesas, ao criar normas que impunham limites na prática política no Parlamento.

3.1.4 O Estado Neoliberal

O capitalismo vive uma nova crise e o Estado de Bem Estar Social passa a ser o grande culpado pela burguesia que queria impedir que o Estado continuasse a se envolver na economia, oferecendo serviços à população com seus altos custos.

Surge o Estado Neoliberal, proveniente da crise do capital, gerando a desconstrução do Estado de Bem Estar Social. A crise do capital, que aumentou consideravelmente o número de desempregados no território europeu, fez com que este número saltasse de mil para milhões. O investimento do Estado tornou-se imenso, o que era extremamente criticado pela burguesia.

Uma parcela da burguesia mundial sempre criticou o Estado do Bem-Estar Social em razão do seu alto custo financeiro e de sua ingerência na economia. Para esse setor da sociedade, tal forma de Estado não vale o quanto custa, pois os impostos cobrados e o dirigismo econômico que ela impõe emperraram os bons negócios (TOMAZI, 2000, p. 148).

Como se dizia na época, o Estado estava com “excesso de gordura”, por isso se fala em Estado Mínimo. Isso significou a saída do Estado no oferecimento de serviços fundamentais para a população. Ao sair dos serviços essenciais para a população, o Estado deixou que as relações entre o indivíduo e as instituições, que ofereciam os serviços, se decidissem no mercado.

Ao mesmo tempo em que o Estado sai da economia, surge um movimento na sociedade, criando as ONG's (Organizações Não Governamentais) que passam a oferecer muitos desses serviços, que apesar de não serem governamentais, são indiretamente financiadas pelo Estado, o que isenta-o da responsabilidade por oferecer esses serviços diretamente.

O Estado Neoliberal é uma nova forma de reviver o Estado Liberal, regulado pelas relações de mercado, em que cada indivíduo oferece seus serviços e, dependendo do tipo de serviço e da quantidade oferecida, o seu valor vai ser regulado por suas próprias leis. Isso pode tornar o valor muito caro ou muito barato, dependendo das relações.

No caminho do Estado Mínimo, as empresas governamentais, em setores fundamentais para a sociedade, passaram a ser leiloadas, se tornando privadas. Esse processo teve início no Brasil ainda antes da era Collor, mas foi incrementada no governo de Fernando Henrique Cardoso quando foram vendidas por preços bem abaixo do mercado para empresas estrangeiras. A estratégia usada pelos políticos para tornar o público inviável é aquela de sempre: tornam as empresas públicas em cabide de emprego, superlotando com seus apadrinhados políticos, tornando os investimentos mínimos, fazendo com que os serviços oferecidos à população sejam péssimos. Assim não precisa fazer muito esforço em conseguir apoio popular, para vender a preços fora do mercado, na medida em que os serviços não satisfazem a população e a tecnologia não esta de acordo com aquilo que outros países oferecem, o caminho para a privatização está aberto.

Nessa perspectiva a principal característica do Estado Neoliberal é o Estado Mínimo, ou seja:

- A saída do Estado no oferecimento dos serviços essenciais para a população;
- A privatização das empresas públicas e
- O surgimento das ONG's..

Muitas vezes o Estado permanece oferecendo esses serviços, mas diminui a verba das instituições, fazendo com que elas sejam obrigadas a indiretamente pedir a ajuda da população, para manter os seus serviços. Um claro exemplo disso são as rifas feitas pelas escolas, as festas no final de semana, para contribuir e as atividades da instituição.

O Estado Neoliberal significou a perda de diversos direitos dos trabalhadores conseguidos a duras penas pelo operariado. Concretizaram-se as críticas burguesas a um Estado previdenciário, em que a burguesia beneficiou-se bem mais do que os trabalhadores. Naturalmente nos países periféricos, os trabalhadores receberam sempre serviços sem nenhuma qualidade, sacrificando a si e à suas famílias.

3.2 *Desigualdade Social*

Tema presente em todas as sociedades por nós conhecidas a desigualdade social sempre aparece por intermédio da marginalização seja pela cor, pela proveniência social, por gênero, enfim todas comportam algum tipo de desigualdade, que gera a discriminação, o preconceito.

Significa que todas as sociedades conhecidas construíram junto com sua cultura a rejeição a algum grupo social. Assim, pergunta-se será que um dia poderemos superar isso? Como superar algo que se tornou cultural? Se o tema desigualdade é recorrente em todas as sociedades, porque se torna na atualidade tão chocante?

A razão para essa nova postura diante de populações excluídas e carentes se deve inicialmente ao fato de que na sociedade moderna, nos últimos séculos, sedimentou-se a ideia de que fazemos parte de uma totalidade que é a humanidade. Ao contrário dos povos antigos, que tinham muito clara a noção de que a sociedade se diferenciava por grupos inconciliáveis – como as castas indianas, por exemplo – o mundo

ocidental desenvolveu a consciência de constituir uma humanidade à qual pertencem todos os habitantes do planeta. Uma igualdade, sem dúvida nenhuma, originada no universalismo católico, desenvolvida pelos princípios democráticos de organização política e reforçada pela expansão mundial do sistema capitalista industrial (COSTA, 2005, p. 248).

Surge, nesse aspecto, a importância da Sociologia trabalhar a desigualdade social. A reflexão sobre um determinado fenômeno social nos ajuda a entender porque ele existe, quais são os mecanismos que o tornam possível na sociedade. Avançando, podemos investigar como ele se dá na realidade, e a partir da constatação de como ele impregna o social, se pode criar políticas públicas para amenizar o problema. A Sociologia não pode controlar a realidade, ela pode criar estratégias que colaborarem para que possamos conviver com o problema e entendê-lo, mas a mudança se dá de forma muito lenta, por serem valores que nasceram com a cultura, e, portanto, estão entranhados na sociedade.

Assim acontece com a desigualdade. Encontrando as suas raízes, podemos desenvolver programas que possam amenizá-la. Então vocês me perguntariam, por que isso não aconteceu antes? Porque não foram criadas políticas públicas para diminuir a desigualdade? Trata-se de vontade política. Vivemos um longo período ditatorial, em que a liberdade de expressão e de desigualdade se acirrou. Isto fez com que a política adquirisse determinados vícios que até hoje permanecem. As mudanças na sociedade são processos longos, pois exigem a absorção de novos valores e crenças pela população brasileira.

Os governos posteriores ao regime ditatorial não tiveram interesse em uma transformação efetiva da sociedade. Os políticos que se seguiram a ditadura tiveram mais interesse em defender os interesses próprios, em vivenciar o poder que os cargos eletivos ofereciam e suas regalias que o benefício da sociedade.

A sociedade passou a despertar recentemente, a partir de um trabalho de conscientização feito por instituições engajadas. Atualmente,

portanto, é possível identificar mudanças, mas ainda não se trata daquela que desejamos, mas alguns passos fundamentais já se efetivaram.

3.2.1 *Desigualdade: Primeiras Reflexões Hobbes, Locke e Rousseau*

A questão da desigualdade nos acompanha desde a transição do sistema feudal para o sistema capitalista. Entre os séculos XVI e XVIII se dão as grandes transformações no modo de produção e, conseqüentemente, na sociedade: uma nova estrutura social, política, jurídica e cultural surge, gerando um questionamento sobre o que leva à desigualdade social. Essas reflexões resultam entre outros acontecimentos, na Revolução Francesa, quando foram promulgados os direitos do homem.

Com a mudança no modo de produção, o desenvolvimento do capitalismo contribuía para que a burguesia criasse um mundo independente, onde a riqueza se multiplicava, rodeado pela pobreza dos trabalhadores. O desenvolvimento da sociedade capitalista não vinha acompanhado pela diminuição da miséria social. Precisava-se então entender porque alguns conseguiam alcançar a riqueza enquanto outros permaneciam miseráveis. A sociedade, diante das diversas transformações que se davam, precisava de uma explicação para o fato. Os autores questionavam se a desigualdade tinha proveniência relacionada ao nascimento do indivíduo, ou existiam outras origens.

3.2.1.1 *Thomas Hobbes*

Nascido na Inglaterra, Thomas Hobbes viveu entre os séculos XVI e XVII, conceituava o Estado da Natureza como o período em que o homem estaria entregue às paixões, o levando a comportamentos antissociais. Diante disso, Hobbes afirmava que os homens lutavam uns contra os outros para chegar ao poder. A luta incessante entre os homens levava à necessidade de se criar um poder soberano, que ao controlar esse permanente confronto, faria com que a sociedade fosse pressionada a obedecer a lei e a ordem estabelecida, para que se pudesse viver em paz.

Neste sentido, em que todos os homens não conseguem conviver sem a luta com o outro, supõem-se que todos são iguais. Nas relações entre eles há a necessidade de criar um instrumento que ao exercer o controle social, exija o cumprimento da lei, para que a paixão não viesse a dominar as relações entre os homens. Para Hobbes era fundamental que houvesse um acordo entre os homens tendo como objetivo que a vida fosse preservada e a violência de todos contra todos fosse dominada. Afirmava que não existia no homem uma disposição inata para a vida em sociedade, apesar de todos serem iguais no Estado de Natureza (TUCK, 2001).

3.2.1.2 *John Locke*

Nascido na Inglaterra, Locke viveu entre os séculos XVII e XVIII. Com este autor surge a preocupação de um pacto entre os homens. Na mesma linha de Hobbes, Locke sinalizava a necessidade de criar uma sociedade política, resultado de um pacto entre homens iguais e livres, considerando a igualdade e a liberdade como direito de todos. Para ele, aqueles que não conseguissem alcançar a riqueza eram explicados através de suas condições de existência social e política. Para Locke porém, os proprietários de sua força de trabalho não estavam aptos a pactuar devido à dependência que o trabalhador está submetido, ou seja, somente aqueles que possuíam a propriedade privada estariam em condições de exercer as suas funções políticas.

Na concepção de Locke, os homens seriam iguais segundo o direito natural, onde não existe a propriedade e ninguém possuía nada individualmente, todos os bens eram coletivos e indivisíveis. O que transforma essa relação do homem com a natureza seriam o trabalho e o esforço pessoal. Assim, o trabalho do homem se transforma num acréscimo à natureza, tornando-a útil e produtiva, se constituindo como único elemento capaz de atribuir ao homem a propriedade privada. É a propriedade privada o que distingue os homens (YOLTON, 1996).

Apesar de Hobbes e Locke entenderem que os homens são efetivamente iguais no estado natural, para Hobbes, o Estado se tornará a

instituição que, por intermédio das regras sociais, estabelecerá a harmonia entre os indivíduos. Essa imposição de um órgão controlador não afetará a liberdade do homem, pois obedecer as normas sociais visa em última instância o bem comum. Para Locke, o trabalho se torna o instrumento que transmutará a propriedade coletiva em privada, levando em conta que Locke refletia sobre as condições individuais de força física e de potencial individual de trabalhar a terra, inerentes a cada ser humano, aliados à capacidade intelectual, portanto, desiguais.

3.2.1.3 *Jean Jacques Rousseau*

Dentro das perspectivas de diferenças entre os homens, Rousseau afirmava que a igualdade seria um princípio jurídico, e que perante ela os homens deveriam ser iguais. Admitia a diferença natural entre os homens, mas segundo ele esta não pode ser explicada pela sociedade por não ser a responsável pelas alterações entre os homens. Rousseau atribuía à sociedade o fundamento da diferença social entre os homens, mas as regularia pelo pacto social:

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente. Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo contrato social [...] Todas essas cláusulas, bem entendido, se reduzem a uma única, a saber, a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, em favor de toda a comunidade; porque, primeiramente, cada qual se entregando por completo e sendo a condição igual para todos, a ninguém interessa torná-la onerosa para os outros (ROUSSEAU, 2002, p.09).

Deste modo o contrato social representava a submissão de todos a uma vontade geral da sociedade.

3.2.2 *Desigualdade: Individualidade*

À medida que o capitalismo se estabelecia na sociedade europeia, esta sociedade estava dominada pelo pensamento liberal, que justificava as novas relações que se desenvolviam, explicando tanto a riqueza quanto a pobreza. Como o pensamento que legitima o novo modo de produção, o liberalismo veio exaltar no novo homem a sua capacidade para enriquecer através dos negócios.

O liberalismo – que se desenvolveu no século XVIII – foi a justificativa encontrada para o novo mundo e o novo homem que surgiram com o crescimento do capitalismo. Em outras palavras, o liberalismo tinha como base a defesa da propriedade privada, a liberdade de comércio, a igualdade perante a lei. A concepção de sociedade e de homem que vigorava na sociedade medieval estava sendo absolutamente transformada. (TOMAZI, 2000, p. 84)

A sociedade desejava mostrar aquilo que ela poderia produzir de melhor e a riqueza acumulada pelos burgueses servia de modelo para a consagração do sistema. Ser bem sucedido significava tornar-se rico e conforme informava o liberalismo, estava acessível a todos aqueles que o desejassem. Nesta perspectiva o trabalho era o elemento que mediava a relação entre homem e sociedade. O esforço do homem era pregado como o trampolim para o sucesso, uma ponte para que este conseguisse tudo que almejasse.

Contrapondo, o pobre era condenado. Como a riqueza dependia do esforço individual, aqueles que não a alcançavam, eram culpados pela sua incompetência. O sistema individualizava o fracasso que se contrapunha à riqueza oferecida pelo sistema para que todos chegassem ao topo. Em outras palavras, a sociedade oferecia as chances para que todos crescessem na atividade econômica, mas aqueles que não conseguiam corresponder à expectativa da sociedade eram culpados por não saberem aproveitar as oportunidades. Desse modo, não havia culpabilidade na sociedade, o indivíduo era responsável pela sua ascensão ou queda e as

preocupações dela se voltavam para os mais capazes, aqueles que tinham conseguido se superar e conquistar o sucesso social.

Os pobres, no entanto, tinham que colaborar para a preservação dos bens dos ricos, uma vez que eles lhes davam trabalho, e, mais ainda, não deviam se revoltar contra sua situação para não criar dificuldades para os patrões, que não eram culpados de ser ricos. Divulgava-se a ideia de que os pobres deviam preservar os bens de seus patrões, tais como máquinas e ferramentas, e que Deus os vigiava constantemente no seu trabalho. Portanto, perder tempo na execução de sua tarefa era roubar o patrão que lhes estava pagando por uma jornada de trabalho (TOMAZI, 2000, p. 85).

Tomazi (2000) afirma que para aqueles que tinham que se submeter aos que tinham vencido eram recomendados três elementos, onde eram combinadas religião e racionalidade: paciência, religiosidade e seriedade. Apesar da religião ser rejeitada pelos intelectuais do liberalismo, aparecia como auxiliar, colaborando com o controle. Se a pobreza era justificada até o século XVII pela falta de graça divina, seguindo o pensamento dominante cristão no período feudal, a implementação do sistema capitalismo manteve a falta da graça divina, combinada com o fracasso individual.

Ainda segundo o autor, é a religião que vai oferecer os elementos ideológicos para justificar a ideia de riqueza e pobreza no século XVIII, voltando ao elemento trabalho como salvação para o homem na terra. Afirma que a Reforma Protestante preparou a justificativa que incrementou o novo pensamento sobre riqueza e pobreza no século XVIII, confirmado pela Igreja Católica, de que a salvação divina estava vinculada ao trabalho (2000, p. 86).

Faleiros (2004, p. 15) acrescenta que no século XVIII, o economista Malthus defendia que a ajuda aos pobres deveria ser cortada, a fim de reduzir o crescimento da população. A proteção deveria ser um fator excepcional, somente para inválidos. Aos que pudessem trabalhar não deveria haver auxílio do Estado ou da Igreja, para desta forma

diminuírem o número de filhos e de gastos supérfluos, transmitindo a ideia de que os pobres são pobres porque não sabem gastar corretamente o dinheiro, quando o possuem.

3.2.3 Desigualdade e Relações Sociais

Com o avanço da sociedade capitalista, as contradições do sistema ficam transparentes, não sendo mais possível atribuir a outro elemento que não o próprio sistema, a persistência da pobreza, que vai se acentuando cada vez mais.

O positivismo com a intenção de naturalizar tudo o que está relacionado à sociedade, já não consegue dar conta de explicar a desigualdade pela perspectiva do fenômeno da natureza, pois esta não cria os homens desiguais, mas eles se tornam desiguais devido a diferença existente nas relações sociais. Muito menos a um castigo divino, porque quais seriam os critérios escolhidos pelo divino para escolher qual pessoa deveria se tornar pobre. A ciência que pressupõe o pensamento a partir do domínio do capital superou as explicações divinas, mostrando que todos os fenômenos sejam naturais ou sociais, podem ser compreendidos logicamente. Logo, podemos afirmar que a desigualdade tem origem social.

A questão social não é uma novidade em discussões na área de humanidades, seja na Filosofia ou na Sociologia, diversos autores alertaram para a desigualdade entre os homens existente na sociedade. Rousseau (2002) mostrou que o problema da desigualdade estaria relacionado a instância jurídica da sociedade.

A reflexão sobre a questão da desigualdade por Hobbes, Locke e Rousseau representou um grande avanço dado pela sociedade. Suas ponderações contribuíram ao entendimento de muitos aspectos, como por exemplo, o papel feminino. Ao analisar o papel da mulher no período, quando este nem era considerado como pessoa, estando por completo submetido ao poder patriarcal, seus textos representam um retrato do período mostrando o estágio em que se encontrava os primórdios do capitalismo e as relações sociais.

As discussões sobre a desigualdade encontram em Marx o seu retratista mais completo. Em sua obra "*O capital*", que representa a crítica mais contundente ao sistema capitalista, mostra os meandros da exploração do homem pelo capital. Segundo Marx (2005), a destituição do homem de todos os bens que ele possuía e a sua transformação em mão de obra humana, vendida ao capital como mercadoria, torna o homem prisioneiro, tendo que se submeter a realizar as atividades que lhes foram impostas pelo proprietário do capital. Não lhe é colocada outra escolha, senão se submeter a essa situação, para ganhar sua sobrevivência e a de sua família. O trabalho que deveria ser para o homem a sua maior realização se torna a sua prisão.

Considera-se que é a partir do trabalho que toda a sociedade se organiza, e principalmente as relações sociais. A burguesia possui estratégias para manter em todas as instâncias, o homem submetido ao sistema. A formação da superestrutura social com as instituições que produzem o pensamento que vai justificar e esclarecer as relações sociais representam o pensamento que vai dominar na sociedade, segundo Marx (2002), uma consciência falsa.

O homem é um ser social, confirma Marx (2007) na "*A ideologia alemã*". Todo o tempo o homem se relaciona com outros homens, construindo e reproduzindo as relações existentes. Nessas relações ele descobre a diferença e sua reflexão sobre a desigualdade se fundamenta naquilo que Rousseau (2002) afirmou, a instância jurídica que estabelece e legitima a propriedade privada é, Para Marx, a essência do capital. Onde o capital se afirma e se justifica. A propriedade privada se constitui em fundamento do capital, mas não é tudo, abrange também o político, garantindo a dominação, mantendo e reproduzindo as condições que promovem a desigualdade.

As desigualdades são em última instância econômicas, se refletem nas demais esferas sociais, sejam na cultura, no político, no social, numa rede que mantém a sociedade prisioneira com poucas chances de libertação. Enquanto o trabalhador, a mão de obra, realiza o processo produtivo, o capital se apropria do produto desse trabalho, tornando transparente a desigualdade. A partir destas relações sociais

desenvolvidas pelos homens, vai se elaborar a sua identidade, a qual contribuirá para que o indivíduo se reconheça na sociedade em que vive.

3.2.4 Desigualdade e a Prática Social

Diversas modalidades de desigualdade se apresentam na prática social, dependendo sempre de fatores culturais construídos pela sociedade para justificar tal prática. Apresentaremos de forma sucinta, para que vocês entendam que a desigualdade não é um elemento exclusivo das nossas sociedades atuais, mas ela faz parte da história de todas as sociedades até então conhecidas.

É importante revelar que a desigualdade está relacionada a relações de poder em cada sociedade onde ela aparece, ou seja, um grupo se sustenta por intermédio da discriminação de outro, portanto tais relações definem a posição econômica e política do grupo que sofre a discriminação. Dois exemplos conhecidos de desigualdades são as castas e os estamentos. Tanto as castas quanto os estamentos se constituíram em expressões de organização sócio-política e jurídica que definia a posição social dos agrupamentos. Em ambas se instituiu uma forte hierarquização dos agrupamentos que impedia a mobilidade social de seus membros: o pertencimento a um dos grupos sociais já estabelecia a situação econômica e política na sociedade. A família, como elemento de um agrupamento, determinava a posição do indivíduo na sociedade.

A hierarquização rígida nas castas significava nenhuma possibilidade de ascensão por meio da passagem de um membro de um grupo para outro, tendo como critérios para a permanência em um grupo a hereditariedade, profissão, etnia, religião e outro. A apropriação da terra obedecia a determinadas regras que impediam o acesso das castas à propriedade. Enquanto os estamentos ou estratos tinham a hierarquia baseada na honra, na hereditariedade e na linhagem. Os estamentos estabeleciam regras nas relações entre os três grupos que compunham a organização da sociedade: nobreza, clero e servos. O senhor feudal dava proteção aos seus servos, estes deveriam prestar diversos serviços, que

consistiam em diversas atividades desde criadagem até a participação em guerras.

A nobreza e o clero tinham ligações estreitas em diversas atividades, não só religiosas, mas também na administração dos feudos, afinal a ordem estamental se baseava na propriedade da terra e ambos eram as maiores expressões do período. Nos estamentos, o pertencimento a uma das ordens, nobres e clero, significou o acesso a diversos privilégios permitidos a um agrupamento em função dos direitos desiguais dados pela natureza. Deste aspecto veio a ideia da apropriação da terra ser um direito inalienável.

3.3 As Classes Sociais

O conceito de classes sociais está relacionado à posição dos indivíduos no processo produtivo. Dependendo da posição que o indivíduo ocupa no processo de produção social, vai definir a classe social a que pertence e isso se constituirá em privilégios ou a ausência destes para aquele grupo social. O que será fundamental nessas relações é a propriedade ou não dos bens de produção. Isto porque aqueles que não o possuem se tornam obrigados a vender sua força de trabalho para aqueles que o possuem. A força de trabalho se transforma em mercadoria e se constitui no único bem que o trabalhador pode trocar por dinheiro, e que lhe dará a sua sobrevivência.

A sobrevivência do trabalhador pode ser decidida pelo proprietário dos bens de produção. Ele pode decidir se dará ou não o trabalho para aquele que deseja. O proprietário possui diversos trabalhadores que almejam aquele mesmo trabalho. Por isso, ele pode escolher aquele que apresenta as melhores condições intelectuais para melhor exercer a atividade oferecida no mercado. O único que se coloca numa situação difícil é o trabalhador, que precisa efetivamente do trabalho para sustentar a sua família. Como ele fará caso não consiga esse trabalho? Terá que se candidatar a outro, a outro, a outro e a outro, indefinidamente. Assim surge o confronto entre as classes, cada uma tem um espaço no processo produtivo, que define também a posição do indivíduo fora do trabalho.

A partir do trabalho as relações sociais se definem. A estrutura encontrada dentro da fábrica é a mesma daquela encontrada na sociedade. O trabalhador não tem condições de comprar uma casa no mesmo bairro do dono da fábrica. Normalmente ele compra a sua casa na periferia e vai morar perto daqueles que exercem a mesma atividade ou atividades parecidas. Portanto as classes sociais, a burguesia e o proletariado são as principais características do capitalismo, mas a sua expressão pode ser diferenciada dependendo do local em que se estabelece.

Para se compreender a divisão da sociedade em classes, é preciso refletir demoradamente sobre cada estrutura social. A burguesia e o proletariado existem em todas as sociedades capitalistas. Há, porém, especificidades na constituição, formação e atuação dessas classes em cada sociedade (TOMAZI, 2000, p. 104).

3.4 A Estratificação Social

O conceito de estratificação social se relaciona a Weber (2004) na medida em que o autor afirma que a economia não é determinante para mostrar as diferenças entre os indivíduos na sociedade. Mas existem outros elementos que podem contribuir para tal identificar diferenças sociais, como o status, a honra, o prestígio e o poder. Ou seja, Weber tem uma preocupação maior com o social e o político, que regula as relações entre os componentes de uma sociedade.

Weber (2004) apresenta uma multidimensionalidade para entender o papel dos indivíduos na sociedade. Em sua opinião, elas não precisam se apresentar ao mesmo tempo, pelo contrário, uma das dimensões pode eliminar as outras duas. Por exemplo, pode-se ter prestígio, mas não necessariamente a riqueza e honraria.

Na verdade, Weber não elimina o fator econômico, mas acrescenta outros elementos, como o social e político que podem definir a estrutura da sociedade. Neste sentido os um indivíduos que possuem riqueza não tem todos o mesmo status social, ou seja, mesmo estando em um alto patamar econômico, não significa estar em outros níveis em igualdade de condições. O autor denomina situação de classe os

componentes de um grupo social, que pode angariar a seu favor diversos privilégios em função de sua posição.

Outro elemento definidor de classe seria possuir uma propriedade a ser oferecida no mercado. O tipo de serviço vai contribuir ou não para a posição de classe. Possuir um terreno num ponto importante da cidade é diferente do que ter o mesmo produto numa zona decadente da cidade, ou ainda, possuir um supermercado em pontos diferentes da cidade pode dar ao proprietário de cada status diferente.

A dimensão política funda um modo de estratificação baseado no poder. Quanto mais poder os indivíduos e/ou grupos ostentarem, melhor eles se posicionarão na escala de reconhecimento no interior dessas relações de poder e de dominação. (WEBER apud TOMAZI, 2000, p. 105)

Weber cita como importante o status de determinadas profissões, mas que não lhe é atribuído prestígio ou honraria, depende de como cada um desses elementos estão cotados socialmente. O autor complementa que não existe objetividade para definir a posição de cada uma delas, mas depende muito mais dos valores dominantes na sociedade.

3.5 A Globalização

Discute-se nos dias de hoje a crise do capitalismo, fazendo com que todos os países se preocupem em avaliar como serão atingidos por esse fenômeno. Esta é um dos elementos fundamentais da globalização, que acabou por tornar as relações ente os países cada vez mais dependentes uns dos outros. A dependência é, principalmente, econômica, pois todos dependem do comércio que movimenta as relações entre os diversos países do globo. A globalização, entretanto não pode ser tratada somente como um fenômeno econômico, mas como afirma Giddens (2005, p.61):

[...] embora as forças econômicas sejam uma parte integrante da globalização, seria um errado sugerir que elas sozinhas a produzam. A globalização é

criada pela convergência de fatores políticos, sociais, culturais e econômicos. Foi impelida, sobretudo, pelo desenvolvimento da tecnologia da informação e da comunicação que intensificaram a velocidade e o alcance da interação entre as pessoas ao redor do mundo.

Para Ianni (2003), que se dedicou a estudar o fenômeno da globalização, esta é inerente ao capitalismo desde o seu nascimento, com o surgimento da mercadoria, o assalariamento e formação dos Estados Nacionais, em função dos quais, se desintegra o mundo feudal.

Na primeira fase do capitalismo, onde se dá o que Marx (2005) denomina de “acumulação primitiva do capital”, é dominado pelas relações coloniais, que integram a Europa ao mundo. O segundo momento, segundo Ianni (2003), ocorre quando a industrialização se estabelece, ampliando as relações entre os diversos recém criados Estados Nacionais, desenvolvendo relações de dependência não só econômica, mas também política, denominada de imperialismo. Os europeus precisavam ampliar o mercado para seus produtos, que eram sem limites produzidos em suas fábricas.

O capitalismo derrama-se por todo o mundo, abarcando os mais diversos continentes, mares e oceano, promovendo um forte processo de centralização com a formação de impérios. A economia entra em um estágio de produção ampliada e se torna altamente planificada. A tecnologia passa a desempenhar um papel cada vez mais importante, seja nas atividades bélicas de conquista e manutenção de territórios ou do espaço sideral, seja na produção de mercadorias (COSTA, 2005, p. 231).

O terceiro momento trata-se da globalização, que surge em função da desintegração dos países socialistas e a crise dos Estados Nacionais. Esse fato gera a necessidade de criar órgãos internacionais de apoio às crises vividas pelo sistema do capital por um lado, e por outro, a revolução informática que promove uma grande mudança no mercado

de trabalho, facilitando o processo produtivo, permitindo inclusive a penetração da mão de obra feminina em áreas até então dominadas pelo masculino. E, por fim, tornando forte a interdependência entre os Estados sob a hegemonia dos Estados Unidos da América.

Portanto, nos mostra Ianni (2003) que a globalização foi resultado de um processo que se encontrava na própria gênese do capitalismo, mas que se impõem nas sociedades lentamente, quando estas encontravam-se suficientemente maduras para tal.

3.6 Ideologia

A ideologia é uma categoria básica para entender o fenômeno educacional. Anteriormente vimos que o Estado é que organiza a educação em todo o território nacional, portanto, vai determinar onde, o que e para quem ela será transmitida. Verificamos anteriormente que todas as discussões sobre Estado levam ao poder exercido pela classe dominante no Estado burguês, logo a educação é um local onde a burguesia tem o maior interesse em controlar. Consideremos que a instituição escola é onde o indivíduo passa uma grande parte de sua vida, diante da importância da educação, é que a classe dominante tem no Estado seu maior aliado no controle do fenômeno educacional.

Ao falarmos em educação estamos discorrendo sobre transmissão de conhecimento a ser veiculado para a sociedade. Todo esse aparato tem razão de ser dominante na sociedade e por manipular as instituições de produção intelectual é que o grupo dominante quer também que o pensamento que organiza a sua classe seja o pensamento veiculado pelas instituições responsáveis pela produção do pensamento. Portanto, educação, enquanto transmissora de conhecimento, está relacionada ao fenômeno ideológico.

O conceito de ideologia sofreu diversas mudanças desde o seu surgimento. Considere-se ainda que este é um conceito não engessado a uma realidade, mas que deve ser permanentemente verificado para identificar se ele ainda corresponde às expectativas na atualidade ou não, senão ele sofre alterações. Um conceito se modifica de acordo com a realidade que ele pretende representar.

Inicialmente, a ideologia tem origem filosófica, pensadores franceses usaram o termo para explicar o estudo das ideias, mas foi com Marx que o termo ganhou notoriedade. Uma das preocupações de Marx era a formação da consciência do proletariado. Assim, Marx encontra em Feuerbach um interlocutor que dará os elementos que procurava, pois este autor tem no fenômeno religioso seu objeto de estudo.

Feuerbach, assim como Marx, foi ligado ao pensamento hegeliano, porém ao romper com Hegel, Marx se aproximou de Feuerbach, na medida em que este também tinha rompido com seu mestre. Ao estudar o fenômeno religioso, Feuerbach critica a religião ao afirmar que o homem é que cria a imagem de Deus, projetando num ser ideal, fora dele mesmo, todos os valores que ele, homem, deveria realizar. Atribui ao Deus poderes que ele mesmo possui, e é nesse caminho que Feuerbach vai usar o conceito de alienação, pois ao atribuir a outro aquilo que possui, o homem se aliena. Marx partindo dessa formulação, vai relacionar produção econômica e alienação, segundo Severino (1986, p.07):

Mostra então Marx que todas as formas de pensamento e representação, elaboradas pela consciência humana – crenças religiosas, morais, filosóficas, jurídicas, científicas e políticas -, dependem diretamente das relações de produção e de trabalho, correspondentes todas às determinadas fases da história das formações econômicas.

Dessa forma, todas essas crenças são o que Marx vai denominar de ideologia, pois como representações da realidade elas vão constituir a defesa dos interesses de classe. O pensamento se constrói a partir da realidade, e essa é desigual, portanto ela precisa justificar essa desigualdade.

Assim, as ideias e concepções teóricas, bem como todas as formas de consciência, não têm uma existência independente, autônoma, mas estão intrinsecamente vinculadas à atividade material e às relações sociais existentes entre os homens. Por isso, não têm história

desenvolvimento próprios. Entende Marx que antes da divisão do trabalho, fazer e pensar ligavam-se estreitamente. As ideias emanavam diretamente da conduta material dos homens. Foi após esta divisão que ocorreu a separação entre a esfera da existência social e a esfera da consciência. (MARX *apud* SEVERINO, 1986, p. 07).

O autor afirma que a classe dominante não só detém os meios de produção material, mas ela detém, ao mesmo tempo, os meios de produção intelectual, determinando, desta maneira, as suas ideias como dominantes e que devem ser assumidas pelas classes já submetidas ao fator econômico da sociedade. Sendo que estas ideias são expressão das relações sociais de dominação.

Para Marx, Segundo Severino (1986, p.08), ideologia:

[...] é a forma de representação, no plano da consciência, que serve para mascarar a realidade fundamental, que é de natureza econômica. A classe social dominante oculta seus verdadeiros propósitos, servindo-se para isso da ideologia. Esta é, pois, um conjunto de ideias levando uma vida independente, como se se submetessem unicamente a suas próprias leis. O fato é que as condições de existência material dos homens, no cérebro dos quais se desenvolve este processo ideológico, determina, em última análise, o curso deste processo, e este fato fica inteiramente ignorado pelos pensadores.

Neste aspecto, a ideologia serve para transmitir ao homem a sensação que ele age na sociedade de acordo com sua vontade própria. Como se fosse um ser livre dentro da sociedade e, portanto, desse os passos que ele mesmo desejava. Não percebe que ao assumir as normas e valores da classe dominante, suas representações não corresponderão as suas vivências cotidianas. Na verdade está envolvido em uma série de relações que estão relacionadas ao poder social.

Ora, é fácil então entender que a atividade do pensamento se transforma numa verdadeira artimanha de exercício do poder. A ideologia nada mais é, na perspectiva marxista, do que o uso da atividade pensante como recurso de domínio. É um artefato de guerra, com vistas à dominação. Trata-se de uma forma de justificativa teórica do poder, na medida em que traduz, em nível de subjetividade, verdades e valores a que os homens são sensíveis, justamente porque sua consciência é subjetiva. Contudo, estas verdades e valores, apresentadas como universais, ou seja, como correspondentes aos interesses de todos, correspondem de fato aos interesses de grupos ou de classes sociais restritas, particulares. Assim, a ideologia atua num registro de falsa consciência, apoiando-se numa ilusão da consciência subjetiva, que se deia enganar uma vez que perdeu seu contato direto com a objetividade. Isto acontece por causa da fragilidade da consciência humana e do próprio homem objetivo, passíveis de alienação (SEVERINO, 1986, p. 09).

Para Marx, ideologia trata-se de um pensamento teórico que tem a função de manter um determinado grupo no poder. Pensamento teórico é a explicação e a justificação de relações injustas, mas que se legitimam a partir do conteúdo que lhe é apresentado. Isso não significa que todo o pensamento produzido pela consciência é o que Marx chama de falsa consciência, mas para que se torne um considerado real para o indivíduo, este deve corresponder à sua realidade, à sua prática real.

O conceito de ideologia pós-Marx sofreu uma série de mudanças relacionadas ao seu significado, e esses avanços teóricos seguiam autores marxistas, que pretendiam interpretar o conceito dado pelo autor. Pode ser consultado no texto que trabalhamos. Não nos deteremos nessa discussão, pois o que nos interessa neste momento é focar em Gramsci, que consideramos quem melhor traduz, na atualidade, o conceito de ideologia, por ele tornar a educação um fenômeno que novamente deveria ser motivo de reflexão.

Ao tratar a questão da ideologia, ele se posiciona a partir do ponto de vista marxista. Mas faz uma distinção entre as ideologias historicamente orgânicas e as ideologias arbitrárias, puramente imaginadas pela consciência. A ideologia orgânica é aquela que corresponde à determinada estrutura social, constituindo a base da coesão social e da atividade que os homens desenvolvem no interior da sociedade. Ela atua assim como cimento da estrutura social. Seu conteúdo é o conjunto de ideias e valores que asseguram a regularidade e estabilidade das relações sociais, e por isso mesmo concorre para a cristalização das formas sociais, legitimando o poder político e sua organização. Gramsci reconhece, assim, o caráter ilusório, que fica em segundo plano. É, sem dúvida, instrumento de dominação e enquanto tal é que precisa ser denunciada e combatida (GRAMSCI apud Severino, 1986, p.42).

Ideologia para Gramsci é visão de mundo. Ao estabelecer uma relação entre a prática do homem real e o pensamento teórico, o autor supera a dicotomia realidade e pensamento. Há uma relação intrínseca entre a vivência histórica do homem com a formação da sua consciência, que é produto da sua atividade pensante.

Löwy compreende ideologia também como visão de mundo, mas o autor alerta para as contradições que o termo possui em seu interior. Ao mesmo tempo em que ideologia é uma visão de mundo, é também utopia, ou seja, tanto podem transformar-se de utopias em ideologias: “podem ter aspectos ideológicos e utópicos e podem ser interpretadas, segundo pensadores diferentes, de maneira utópica ou de maneira ideológica” (LÖWY, 1985, p. 30).

Para exemplificar, Löwy (1985) mostra que dependendo do momento histórico, o autor usa o termo “etapas históricas diferentes”, a burguesia pode defender projetos diferentes de sociedade e esta análise pode ser atribuída às classes sociais de uma maneira geral.

O mesmo vai se reproduzir em outras classes sociais e em outros movimentos sociais. Até em nossos dias

vão aparecendo, no seio de visões sociais de mundo de uma mesma classe social, pontos de vista diferentes, que podem exprimir diferentes, que podem exprimir diferentes etapas do processo histórico, ou capas sociais de uma mesma classe (LÖWY, 1985, p. 31).

Esta reflexão nos permite entender a educação enquanto fenômeno social, tanto ideológica quanto utópica, no sentido de estar transmitindo uma visão de mundo a ser construída, no sentido gramsciano de luta contra a opressão social. A relação entre ideologia e educação em Gramsci faz-se premente trazer para discussão as suas categorias que explicam a realidade social.

Um conceito importante para iniciar essa exposição da relação entre educação e ideologia trata-se de hegemonia. O conceito de hegemonia sofreu algumas mudanças no conceito originalmente elaborado por Lenin. Hegemonia, para Lenin, estaria somente relacionada à força que um grupo social pode exercer em uma sociedade. Lenin tinha por base a sua experiência na revolução russa, afirmando que a força significava os instrumentos de força disponíveis a um grupo que detém o poder do Estado. Seria o exército, a polícia, o jurídico, todos impõem à sociedade o poder de um grupo pela força.

Para Gramsci, entretanto, a força não seria suficiente a um grupo para manter-se no poder. Seria, em sua opinião, a força da sociedade política, que poderia ser usada no momento em que o Estado se sentisse ameaçado. Ainda na opinião de Gramsci, o convencimento teria uma função mais efetiva, ou seja, no convencimento de uma determinada população do projeto de sociedade de um grupo que pretende chegar ao poder. Na linguagem gramsciana, seria a sociedade civil, ou seja, o conjunto de organismos denominados privados, responsáveis pela elaboração do pensamento na sociedade. A combinação da sociedade civil com a sociedade política corresponderia à hegemonia que a classe dominante exerce na sociedade. A sociedade civil é como que o campo de consenso, da adesão, enquanto que a sociedade política é o campo da força, expressa pela coesão estatal (GRAMSCI, 1968, p. 11).

Sendo a educação elemento da sociedade civil, adquire na teoria gramsciana um papel fundamental, pois tanto pode servir à classe dominante na sua função hegemônica quanto ser fator de construção de uma contra hegemonia. No início desse item falamos da importância da ideologia para o fenômeno educacional, a escola é uma instituição que receberá os indivíduos ainda pequenos, depois adolescentes e finalmente adultos nas universidades. Esse longo tempo dá a educação um significado para a classe dominante que objetiva convencer a sociedade de seu projeto. Para o autor a sociedade civil dá a direção a ser seguida pela sociedade para a manutenção da hegemonia. E os docentes exercem essa função.

Portanto, na vida social estão presentes, atuando, dois vetores, duas funções: a função da hegemonia – poder de orientação e de direção que um grupo social dominante exerce, com base no consenso, sobre toda a sociedade – e a função do comando – poder de domínio e de controle que o aparelho estatal exerce sobre indivíduos e grupos (GRAMSCI *apud* SEVERINO, 1986, p. 43).

São os intelectuais que exercem essa função, de mediar através da sociedade civil e da sociedade política, de hegemonia e comando. E a educação tem papel relevante nesse processo.

A educação é, portanto, valioso instrumento de um grupo social dominante para o exercício de sua hegemonia, para desempenhar sua função de direção em relação aos demais grupos sociais. A instituição escolar, enquanto elemento ‘privado’ da sociedade civil, não atua isoladamente na configuração da cosmovisão e da ideologia. Atua conjuntamente com os demais aparelhos de hegemonia ativados na sociedade civil pelo grupo social dominante, tais como a Igreja, a família etc. Mas, sem dúvida, sua participação é extremamente significativa na elaboração, sistematização e irradiação da concepção do mundo/ideologia, cimento da coesão social (GRAMSCI *apud* SEVERINO, 1986, p. 44)

Enganam-se aqueles que viam a educação com certo romantismo. A educação tem uma função fundamental para a sociedade capitalista. Ela é responsável pela reprodução das relações sociais e tem o objetivo de fazer com que os grupos hegemônicos se mantenham e se perpetuem no poder. Ao transmitir na escola o pensamento da classe dominante, e não precisa pertencer a ela para concretizar esse processo, estamos compactuando para que o poder dominante mantenha o poder dentro da sociedade.

Não é sem motivo que o MEC (Ministério da Educação e Cultura) determina um currículo para todo o Brasil, sem respeitar as diferenças regionais, as questões culturais. Todos devem aprender os mesmos conteúdos. Portanto, é fundamental refletir sobre o nosso papel enquanto docentes.

A Sociologia na Contemporaneidade - Principais Autores

Durkheim, Marx e Weber são considerados os sociólogos clássicos da Sociologia. Vou explicar rapidamente porque eles são chamados de clássicos. Trata-se de, além de terem fundado a sociologia, ou seja, foram as primeiras reflexões feitas sobre a sociedade, eles permanecerem sendo a fonte onde os sociólogos contemporâneos se baseiam. Para ser mais claro: os três representam as três formas de pensamento existentes na realidade.

O pensamento se desenvolve a partir da realidade de cada um, as experiências e as vivências são somadas e são responsáveis pela forma como vemos o mundo, como interpretamos o mundo. Por isso as experiências e vivências de cada indivíduo são únicas e geram uma forma de pensamento. Como as experiências são processos individuais, o pensamento de cada um também é único, mas se pode identificar elementos em cada um deles que podem ser considerados como o pensamento coletivo.

Exatamente nesses elementos coletivos, os sociólogos clássicos conseguiram apreender e tornar teórico. Vejam bem: os clássicos eram exímios pesquisadores, tinham uma capacidade incrível de apreender o

pensamento humano. Por isso, os três, apesar das imensas transformações vividas pela sociedade, ainda são as referências que nos fazem entender a realidade.

Ao mesmo tempo, muitas das reflexões precisavam ser atualizadas ou novos conceitos reelaborados para dar conta da complexidade que abateu a sociedade contemporânea. Dentre muitos sociólogos, escolhi alguns. É claro que uma escolha é uma decisão pessoal, e possivelmente outro sociólogo decidiria por outros, mas me preocupei em citar aqueles que, na atualidade, mais se destacam na discussão sobre o fenômeno educativo, mais precisamente sobre a socialização, ou seja, aqueles que pensaram a educação nas formas de apresentar-se na vida moderna e o processo de integração do indivíduo na sociedade:

4.1 *Pierre Bourdieu*

Considerado um dos grandes sociólogos contemporâneos, autor de uma obra extensa para uma produção nas ciências humanas, na medida em que as pesquisas exigem longos caminhos de reflexão e levantamento de dados: Bourdieu dirigiu revistas, publicou cerca de 35 livros e 400 artigos. Ele elaborou diversos conceitos que representam a realidade atual como o *habitus*, capital cultural, campo, violência simbólica. Estes possuem uma forte presença na produção sociológica da atualidade.

Com Jean-Claude Passeron, outro sociólogo de origem francesa, Bourdieu publicou uma das obras obrigatórias sobre a educação, lançado no Brasil em 1975, denominado "*A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*". Nele os autores analisam os meandros do processo educativo na França, para mostrar como a educação tem um papel fundamental na reprodução da sociedade capitalista, o que fez com que entrasse na lista de muitos sociólogos como um autor reprodutivista, o que não representa a verdade.

A pesquisa lançada no livro "*A distinção*", publicada em 1979, foi eleito pela Associação Internacional de Sociologia a sexta mais importante obra científica de ciências sociais do século XX e outras de

suas obras aparecem em diversos momentos desta lista, mostrando a sua importância enquanto cientista.

Politicamente engajado nos movimentos sociais, Bourdieu é proveniente de uma família de classe média baixa do sudoeste da França, tendo seu estudo de filosofia interrompido para prestar o serviço militar na Argélia, onde iniciou sua carreira acadêmica, depois desenvolvida na França, principalmente em centros de pesquisa e auditórios, onde expunha suas reflexões sobre a sociedade.

O foco da Sociologia de Bourdieu são as relações de poder na sociedade moderna, tendo a “dimensão simbólica de dominação contribui para a manutenção e intensificação das desigualdades sociais, mascarando as realidades sociais, econômicas e políticas subjacentes” (SWARTZ, 2009, p. 54).

Centrando sua Sociologia nas relações de poder que o simbolismo exerce na sociedade, mostrou o quanto ele é agente fundamental na reprodução da cultura, estrutura social e ação. Bourdieu tem em Weber sua inspiração máxima, apesar de usar em sua Sociologia elementos durkheimianos e marxistas. Sendo este o motivo do autor ter sofrido diversas críticas, por ter vivido em um tempo, em que as exigências eram a submissão dos intelectuais a uma coerência teórica, ou seja, usar como instrumento de explicação da realidade, somente uma das linhas teóricas entre as três conhecidas.

4.2 Louis Althusser

Althusser é realmente um reprodutivista. Mas porque se pode chamá-lo de reprodutivista? Porque ele não vê possibilidades de uma mudança no social, conforme ele tão bem descreveu em seu texto “*Aparelhos Ideológicos do Estado*”. Nascido na Argélia foi para Paris estudar num momento em que foi convocado para lutar na Segunda Guerra. Aprisionado, passou cinco anos num campo de concentração alemão.

Ao ser libertado, voltou para a Universidade, aparecendo no cenário acadêmico em 1965 com a publicação de seu livro “A favor de Marx”, onde criticava o dogmatismo marxista durante o período stalinista,

resultado de anos de estudo de Marx, quando criticou a influência de Hegel nos intelectuais do ocidente.

Com uma forte base teórico-metodológica, Althusser analisa o poder da ideologia nas instituições sociais, inclusive a escola, que em sua opinião é a instituição que substitui, no capitalismo, o papel que o catolicismo exerceu no período feudal, produzindo o pensamento que irá regular as relações sociais.

Para Althusser, o que estava em jogo não era a casualidade expressiva, mas estrutural. Ele defendia o argumento de que o nível econômico ou a região de relações de produção é sempre determinante, em última instância. Contudo, fez ressalvas a seu próprio raciocínio, afirmando que, em certos modos de produção, outras regiões podem ser dominantes (LÓPEZ, 2009, p. 14).

Apesar das difíceis relações com o estruturalismo, o pensamento de Althusser é referência para o marxismo estrutural, provocando um intenso debate teórico no final da década de 70 do século passado, inclusive na educação, devido às suas posturas reprodutivistas e a falta de perspectivas por ele apontadas na sociedade capitalista.

4.3 Norbert Elias

Conhecido principalmente por seu estudo sobre o processo civilizatório, em sua:

[...] visão figuracional, os seres humanos nascem em redes de relações de interdependência entre indivíduos, e as estruturas sociais que eles formam entre si possuem uma dinâmica emergente que não pode ser reduzida a ações ou motivações individuais. Essa dinâmica emergente molda o crescimento, o desenvolvimento e a trajetória da vida dos indivíduos (LOYAL, 2009, p. 84).

Sua tardia popularidade pode ser atribuída à sua concepção de grandes redes sociais que encontrou aplicação nas sociedades ocidentais pós-modernas, onde a presença da ação individual não pode ser negligenciada. De fato, a demasiada ênfase na estrutura sobre o indivíduo em vigor até então começava a ser duramente criticada.

Nascido na Polônia e filho de judeus estudou Medicina e Filosofia, indo para a Alemanha, onde trabalhou com um irmão de Weber e depois tornou-se professor assistente de Mannheim. Em “*O processo civilizador*” expõe referências de diversos autores como Marx, Simmel, Mannheim, Weber e Frued, mostrando o processo em que se dão as mudanças nos costumes, comportamentos e higiene da sociedade europeia. Nessa pesquisa Elias se torna importante ao mostrar todo o processo educativo da sociedade do período.

Suas obras focaram a relação entre poder, comportamento, emoção e conhecimento na História. Devido a circunstâncias históricas, Elias permaneceu durante um longo período como um autor marginal, tendo sido redescoberto por uma nova geração de teóricos nos anos setenta, quando se tornou um dos mais influentes sociólogos de todos os tempos.

4.4 Michel Foucault

Os estudos de Foucault tiveram impacto em diversas ciências devido a abrangência de suas obras, abarcando distintas áreas, desde o Direito até a Sociologia, passando pela História, incluindo temas como a sexualidade, a loucura, a medicina, a educação e outros.

Em sua visão, sua obra serviria para a produção de uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na nossa cultura. O centro de seu pensamento refere-se às relações de poder como um sistema discursivo que contribui para modelar o indivíduo, como por exemplo, a escola, as prisões, as fábricas e outros.

Nascido em uma família rica na província francesa, estudou em colégio católico, indo para Paris estudar filosofia e depois psicologia. Em seu período de universidade dominava o pensamento marxista e a

fenomenologia. Rompeu com ambas assumindo uma postura proveniente do estruturalismo tendo por base a linguística dos fenômenos culturais e sociais.

Em diversos aspectos, a obra de Foucault constitui uma enorme afronta aos enfoques marxistas do poder, entendido como um instrumento de dominação de classe originado em interesses econômicos. Foucault argumentou que o poder opera numa gama diversificada de cenários que não podem ser reduzidos a um único e abrangente conceito explanatório, como o modo de produção (CARRABINE, 2009, p. 99).

Foucault revelou que as estruturas de poder agem nas relações cotidianas e que é através delas que se sustenta a dominação dos corpos e consciências, preocupação maior do autor. As instituições sociais servem para o controle e a disciplina do indivíduo ou de uma população, moldando a sua conduta, reduzindo-os a corpos dóceis.

4.5 Talcott Parsons

Nascido nos EUA, Parsons estudou Biologia e Filosofia, mas ao entrar em contato com as obras de autores como Durkheim, mudou a direção de seus estudos para Sociologia e Economia. Passou uma parte da sua formação na Europa, onde se familiarizou com as ideias de Weber. Estudioso da teoria social:

Parsons encarava como sua a tarefa de elaborar esse corpo emergente de teoria, aprofundando a síntese que ficara aparente nas obras sociológicas individuais dos autores formativos. Ele descreveu a nova teoria social como teoria da ação “voluntarista”. Com isso queria dizer que os atores individuais não são determinados em suas ações pelas condições materiais de sua socialização: devem exercer a escolha entre as alternativas abertas e disponíveis ao seu alcance, e nesse sentido deve-se considerar que agem voluntariamente.

As escolhas subjetivas feitas pelos atores são baseadas nos valores que adquiriram durante sua socialização, mas não determinadas por eles (SCOTT, 2009, p. 204).

Fundador do funcionalismo estrutural, Parsons deu os primeiros passos em direção à análise dos sistemas sociais. Seguindo a linha teórica de Durkheim, o autor se preocupava em desvendar os aspectos harmônicos dos sistemas sociais. A totalidade social era limitada aquela parte da estrutura estudada, procurando nela o que era disfuncional ao sistema para poder integrá-la novamente.

Não considerava a desordem como um elemento pertencente à realidade social, mas tratava-se de aspectos que não pertenciam e deveriam ser eliminados para reinar novamente a harmonia na sociedade. Durante muito tempo o funcionalismo dominou as análises sobre educação.

4.6 Florestan Fernandes

Florestan (1920-1995) teve a educação como uma de suas preocupações intelectuais em toda a sua trajetória, sendo um dos mais influentes sociólogos brasileiros, apesar de muitos o confundirem como educador, por ele ter uma produção significativa na área.

Vários escritos de Florestan tiveram a educação como tema e sua atuação na Câmara dos Deputados, já no fim da vida, se concentrou na área do ensino. Além disso, a preocupação com a instrução era um desdobramento natural de sua obra de sociólogo.

Assim como Gramsci, Florestan não separava o trabalho teórico de suas convicções ideológicas. Ainda que com abordagens diferentes, ambos acreditavam ser a educação e a ciência instrumentos de transformação social. Por isso, deveriam se tornar meios da elevação cultural do povo brasileiro e de desenvolvimento social para as camadas carentes da população.

Rompeu com a tradição de pseudoneutralidade das ciências humanas ao reconstruir uma análise do Brasil, tendo como foco o processo de mudança social. Florestan afirma que uma classe burguesa controla os mecanismos sociais no Brasil, como acontecia em quase todos os países

do Ocidente. Tendo fatores históricos como a escravidão tardia, a herança colonial e a dependência em relação ao capital externo como justificativas para que a burguesia brasileira seja mais resistente às mudanças sociais do que as classes dominantes dos países desenvolvidos.

Florestan defendeu a democratização do ensino em seus dois mandatos de deputado federal, nos anos 1980 e 1990. Esteve envolvido nos debates mais importantes que ocorreram no Congresso no campo da educação. Participou da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que só foi publicada posterior à sua morte.

Florestan criticou a prática em sala de aula, tendo como aporte três pontos:

- A concepção do professor como mero transmissor do saber;
- A ideia de que o aluno é apenas receptor do conhecimento e
- O ensino discriminatório.

Suas críticas tinham por objetivo repensar o processo educativo. O professor não pode ser somente transmissor e deve aproveitar o conhecimento trazido pelo aluno, para que haja uma maior integração com outras culturas, e o aluno não se sinta discriminado em sala de aula.

4.7 Marilena Chauí

Uma das grandes filósofas e pensadoras da Filosofia Brasileira, ex-Secretária Municipal de Cultura de São Paulo, de 1989 a 1992, Marilena de Souza Chauí nasceu na cidade de São Paulo. Poucos pensadores juntaram o rigor da produção acadêmica ao exercício da cidadania e da intervenção no espaço público de debate para além dos muros inibidores da universidade, neste sentido, é de fundamental importância a sua presença neste espaço. Vocês devem estar se perguntando por que num espaço dedicado à Sociologia, apresento uma filósofa. É que Marilena Chauí, além de ser uma das intelectuais mais ativas na sociedade brasileira em defesa da democracia, sempre esteve envolvida com questões voltadas à Sociologia e principalmente, à educação, atividade que ela exerceu na Universidade de São Paulo. Também pela exposição na coleção Primeiros

Passos “O que é”, onde expõe o conceito de ideologia, tema premente ao fenômeno educativo. Baseando-se na teoria marxista Chauí nos desvenda o fenômeno detalhadamente.

A ideologia é para Marx a consciência falsa, fazendo com que os indivíduos submetidos a ela vivam uma realidade que não corresponde à verdade delas mesmas. E nisso se encontra:

“a primeira eficácia da ideologia está na petrificação do tempo de uma sociedade histórica, impedindo que os homens percebam e vivenciem sua própria historicidade social”. (CHAUI *apud* SEVERINO, 1986, p. 27).

A ideologia se transforma então num discurso, que tem por função explicar e justificar as relações existentes na sociedade, confundindo o que aparece como sendo a realidade, com a própria realidade.

O discurso tem a função de estabelecer essa aparência socialmente. Mas há entre a aparência e a realidade uma série de contradições que segundo Chauí, se devem às dificuldades do discurso ideológico explicar essas contradições. Por isso, o discurso ideológico se apresenta com uma série de lacunas que, se preenchidas, destruir-se-iam a si próprias. Por exemplo, a Constituição Brasileira estabelece que todos os brasileiros são iguais socialmente. E como explicar que a realidade não se apresenta assim?



Considerações Finais

Fechamos este fascículo com a apresentação de sociólogos contemporâneos, para vocês os conhecerem de nome e algumas de suas ideias, já que escolhemos aqueles que se relacionam com a educação, através de sua produção intelectual.

O fundamental para vocês nesse final é a discussão sobre ideologia, tema com que finalizo o curso de Sociologia Geral, exatamente da forma como quando estou em sala de aula, e isso já fazem alguns anos.

Falamos da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, passamos pelos clássicos da Sociologia e desenvolvemos alguns conceitos básicos para a Educação. Mostramos como entender a sociedade, a desigualdade, as classes sociais, o Estado e a Ideologia. Estes conceitos desvendam o papel da educação, mais especificamente da escola na sociedade, para que ao entrar na escola, vocês saibam a verdadeira função desta instituição para a sociedade.

A educação não é uma atividade espontânea como durante muito tempo fomos obrigados a acreditar. A educação é uma atividade política, pois estamos efetivamente transmitindo um conhecimento para os alunos, estamos introduzindo-os na cultura daquela sociedade em que vivemos, portanto deve ser compreendida teoricamente. Não esqueçam

que o teórico é produto do real. O teórico é resultado de investigação no real.

Consciente do papel do educador e da educação para a sociedade, é possível enfrentar o processo educativo de outra forma. Defender a educação para todos é fazer com que toda a sociedade tenha acesso ao mesmo conhecimento, para que as chances sejam iguais para todos. Aqueles que encontram dificuldades de entender o conteúdo transmitido são aqueles que mais precisa de conhecimento, pois podem se transformar na possibilidade de terem condições de mudar a sua realidade.

A educação exige do educador engajamento social, para que ele se transforme e modifique a vida do outro. Educação é reprodução social, mas segundo Gramsci é também transformação.

No próximo fascículo, a educação será o foco, ou seja, a Sociologia da Educação. Veremos os conceitos trabalhados na Sociologia Geral na prática social.



REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa, Editorial Presença, 1980.

ANDERY, M. A. (Org.) *Para compreender a ciência – Uma perspectiva histórica* 8. ed., São Paulo: EDUC/Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1999.

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico* 7. ed., São Paulo: Martins ed., 2008.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 7.ed., Campinas/ São Paulo: Papyrus, 1988.

CARRABINE, E. Michel Foucault. In: SCOTT, J. (Org.) *50 grandes sociólogos contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2009.

CATANI, A. M. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COSTA, C. *Sociologia – Introdução à ciência da sociedade* 3. ed. rev. e ampl., São Paulo: Moderna, 2005.

DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. Portugal: Presença, Brasil: Martins Fontes, 1977.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 8. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALEIROS, V. P. *O que é política social*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERREIRA, D. *Manual de Sociologia*. São Paulo: Atlas, 2001.

GIDDENS, A. *Sociologia*. 4. ed., Porto Alegre: Artmed, 2005.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções 1789 – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1993.

LÓPEZ, J. Louis Althusser In: SCOTT, J. (Org.) *50 grandes sociólogos contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2009.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social – Elementos para uma análise marxista* 11. ed., São paulo: Cortez, 1985.

LOYAL, S. Norbert Elias. In: SCOTT, J. (Org.) *50 grandes sociólogos contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. 2. ed., Lisboa: Estampa, 1973.

MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. São Paulo, Edições Sociais, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Ed., 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

- MEKSENAS *Sociologia* 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 1994.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Curitiba: Vozes, 1977.
- RODRIGUES J. A. *Durkheim*. São Paulo: Ática, 1978.
- ROUSSEAU, J. *Do Contrato Social*. São Paulo. Ed Ridendo Castigat Mores, 2002.
- SCOTT, J. Talcott Parsons. In: SCOTT, J. (Org.) *50 grandes sociólogos contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2009.
- SELL, C. E. *Sociologia Clássica – Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SEVERINO, A. J. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.
- SMITH, A. *Riqueza das nações*. São Paulo: Hemus, 2007.
- SWARTZ, D. Pierre Bourdieu In: SCOTT, J. (Org.) *50 grandes sociólogos contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2009.
- TOMAZI, N. D. (Coord.) *Iniciação à Sociologia*. 2. ed. rev. e amp., São Paulo: Atual, 2000.
- TUCK, R. *Hobbes*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Volume I e II. São Paulo: UnB/Imprensa Oficial, 2004.
- YOLTON, J. *Dicionário Locke*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1996.